cadernos sempreviva

CAPITALISMO DIGITAL, COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTO

Trilhas Feministas

Textos de

ADRIANA VIEIRA DAS GRAÇAS

FABIANA DE OLIVEIRA BENEDITO

HELENA ZELIC

NATÁLIA LOBO

RENATA MORENO

SILVIA RIBEIRO

sof

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

CAPITALISMO DIGITAL, COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTO

Trilhas Feministas

CADERNOS SEMPREVIVA
Uma publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo
1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)
5. Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal (2019)
6. Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas (2020)
7. Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas (2020)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania
1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaios de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos
1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Sempreviva Organização Feminista

M843r Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas / Helena Zelic, Renata Moreno (Orgs.). São Paulo: SOF, 2020. 92 p. (Coleção Cadernos Sempreviva, v.17. Série Economia e Feminismo, nº 6)

ISBN 978-65-87591-05-6

1. Comunicação 2. Feminismo
3. Digitalização 4. Capitalismo I.Título

CDU – 316.4

cadernos sempreviva

CAPITALISMO DIGITAL, COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTO

Trilhas Feministas

Textos de ADRIANA VIEIRA DAS GRAÇAS
FABIANA DE OLIVEIRA BENEDITO
HELENA ZELIC
NATÁLIA LOBO
RENATA MORENO
SILVIA RIBEIRO

SOF
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SOF Sempreviva Organização Feminista

Diretoria
(Maio 2019 – Maio 2021)

Marilane Oliveira Teixeira
Presidente
Sonia Maria dos Santos
Vice-presidente
Maria Luiza da Costa
1ª Tesoureira
Vera Lúcia Ubaldino Machado
2ª Tesoureira
Maria Elizabeth Reis Simão
1ª Secretária
Selma Aparecida Gomes
2ª Secretária

Composição da equipe
Equipe Técnica
Nalu Faria
Coordenadora Geral
Miriam Nobre
Sonia Maria Coelho
Maria Fernanda Marcelino
Renata Moreno
Sheyla Saori
Helena Zelic
Glaucia Marques
Natália Lobo
Natália Blanco

Equipe Administrativa
Laís Sales Costa
Gerente Administrativa
Andréia Dias Pereira
Elaine da Silva Campos
Agda Cristiane Almeida Oliveira

Rua Ministro Costa e Silva, 36,
Pinheiros
CEP 05417-080
São Paulo / SP – Brasil
Tel/fax: (11) 3819 3876
sof@sof.org.br
www.sof.org.br

Edição
Capa e Diagramação:
Baderna | Bianca Buteikis

Revisão
Katharina Cotrim

Impressão
AR Fernandez Gráfica
Tiragem: 2.000 exemplares

Apoio
HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

ÍNDICE

Apresentação 07

Os usos da internet pelas
mulheres em movimento
Adriana Vieira das Graças e Renata Moreno 11

O direito à comunicação:
reflexões e alternativas feministas contra
a desinformação e a concentração da mídia
Fabiana de Oliveira Benedito e Helena Zelic 31

Pistas para entender
e enfrentar o capitalismo digital
Renata Moreno 49

Impactos da era digital:
a inteligência artificial não tem subjuntivo
Silvia Ribeiro 71

Falsas soluções tecnológicas e captura
corporativa da agricultura e da natureza
Natália Lobo 83

Sobre as autoras e organizadoras 91

A SOF 92

APRESENTAÇÃO

Neste ano atípico e doloroso de 2020, a crise sistêmica que ataca a vida nos exigiu organizar, com urgência, respostas coletivas. Nos esforçamos para manter nossos vínculos e instrumentos para sustentar a vida e transformar o mundo. Também nos esforçamos para entender e elaborar conjuntamente quais são os desafios impostos pelo capitalismo e suas "inovações" que expandem seus conhecidos mecanismos de acumulação. Ao mesmo tempo em que fazemos a crítica, criamos (ou retomamos) caminhos a partir do feminismo antissistêmico. As lutas e práticas das mulheres são o caminho acertado para trilhar e buscar novos horizontes, mais justos, mais iguais.

É nesse contexto que lançamos não um, mas dois novos Cadernos Sempreviva: "Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento" e "Neoliberalismo, trabalho e democracia". Ambos levam o subtítulo trilhas feministas porque foram elaborados assim, em movimento. Um passo depois do outro, buscando entender o que nos rodeia, e todas no mesmo passo, para ninguém ficar para trás. Foi assim que fizemos duas sequências de Trilhas Feministas, processo de elaboração coletiva e formação virtual com companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, em setembro e outubro de 2020. A maioria dos textos aqui reunidos são fruto da construção coletiva, sintetizando os insumos, provocações, perspectivas e experiências levadas ao debate por facilitadoras e participantes. Trilhas são veredas a serem percorridas, podem se bifurcar em muitas, levar a outros caminhos, manter em nós o movimento constante. E trilhas são, também, os rastros que os seres vivos deixam por onde passam. Assim são nossas trilhas feministas:

mantêm o passo presente, apontam caminhos futuros e expõem a firmeza do que vem sendo consolidado em uma trajetória coletiva.

*

Neste caderno buscamos revelar mecanismos do capitalismo digital que atacam os processos de emancipação dos povos. Mesmo focados em pontos específicos dessa grande cadeia, os textos têm em comum uma visão crítica às dinâmicas tecnológicas de mercado que adentram nos cotidianos, no trabalho e na vida das mulheres, no campo e na cidade. Os artigos também coincidem em uma perspectiva feminista, atenta aos desafios que se impõem às mulheres em relação à organização, à informação e à sustentação da vida. A recusa das propriedades privadas (as materiais e as digitais), o direito à informação, a organização feminista e a soberania dos povos são alguns dos pilares para a construção de possibilidades e alternativas na disputa contra o capitalismo digital.

Em "Os usos da internet pelas mulheres em movimento", Adriana Vieira e Renata Moreno compartilham informações sobre os usos da internet pelas mulheres no Brasil, a partir de dados da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018 e outros coletados pela Marcha Mundial das Mulheres e pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8). Em diálogo com a reflexão coletiva realizada na trilha, destacam as desigualdades de acesso não só à rede e aos aparelhos como também ao tempo e ao espaço físico necessários para a realização de atividades no meio virtual.

Em "O direito à comunicação: reflexões e alternativas feministas contra a desinformação e a concentração da mídia",

Fabiana de Oliveira Benedito e Helena Zelic escrevem sobre as ameaças políticas da desinformação e do monopólio dos meios de comunicação digitais e "analógicos". As dinâmicas estruturadas pelas redes sociais são um desafio para a democracia e para a construção de movimento, pois facilitam a cooptação e banalização do feminismo ao mesmo tempo em que interditam o debate. Diante desse quadro, inspiradas na experiência do coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres, é levantada uma série de alternativas baseadas na comunicação feminista e popular.

O texto seguinte, "Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital", também de Renata Moreno, propõe uma aproximação aos processos digitais que, escondidos atrás de nomes difíceis e termos de uso ilegíveis, são responsáveis pela extração e monetização de dados em uma enorme escala. Desvela, assim, as formas como se atualizam os monopólios e a alienação do trabalho em tempos de digitalização, e aponta caminhos de lutas pela disputa das tecnologias a partir dos povos e do feminismo.

Temos acompanhado essas discussões com movimentos e organizações com os quais há anos construímos aliança nas lutas contra o poder corporativo, por soberania alimentar e integração dos povos. Um dos espaços onde essa reflexão acontece é na Rede de Avaliação Social de Tecnologias na América Latina, a Red TECLA. Também faz parte deste caderno a tradução para o português do artigo "Impactos da era digital: a inteligência artificial não tem subjuntivo", de Silvia Ribeiro, editado a partir de sua intervenção no último seminário presencial da Red Tecla. O texto dá nitidez a aspectos da digitalização como a vigilância, o controle e a concentração de dados, ferramentas autoritárias de manutenção do capital. O desenvolvimento de modelos de

automação digital, as chamadas "inteligências artificiais", também acumulam uma quantidade exorbitante de dados e são pouco regulados e supervisionados, abrindo espaço nas mais diversas áreas para a acumulação desenfreada dos monopólios digitais, baseados na exploração do trabalho e da natureza.

Por fim, em "Falsas soluções tecnológicas e captura corporativa da agricultura e da natureza", Natália Lobo direciona a crítica ao uso das tecnologias para o avanço do agronegócio, através da grilagem digital, dos mecanismos de financeirização e da vigilância sobre as formas de produção de alimentos e os modos de vida tradicionais. Em resposta, o texto reafirma a agroecologia, enquanto prática, conhecimento e movimento que "busca transformar o mundo e construir uma vida que vale a pena ser vivida por todos os seres".

Este caderno não encerra a pergunta que tem sido constantemente repetida e discutida nos espaços de luta política: como reagir diante da crescente digitalização do trabalho, da natureza, da vida, das relações sociais? Esta reunião de textos aponta diversos caminhos possíveis, que nos ajudam a desnaturalizar dinâmicas do capitalismo que mal chegaram e já parecem dominar os modos de vida. E este caderno é, além disso, um ponto de partida possível para seguirmos em debate coletivo, criando espaços de reflexão, crítica e práticas alternativas para desatar os emaranhados do capitalismo digital.

As Semprevivas

OS USOS DA INTERNET PELAS MULHERES EM MOVIMENTO

Adriana Vieira e Renata Moreno

No início da pandemia da covid-19, no Brasil, o desafio de encontrar formas de organizar a vida, saindo o mínimo possível de casa, foi também nosso desafio como movimento social. Como articular, nesse contexto, a 5a Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, resistindo aos ataques contra a vida da maioria da população, organizando a campanha pelo "Fora Bolsonaro"? E como, rapidamente, a partir do nosso movimento e em aliança, direcionar nossa atuação para cuidar da vida e combater a fome e a propagação da covid-19? Estes são tempos de urgências.

Presenciamos a passagem de muitas atividades cotidianas para o formato on-line, virtual. Juntamente a isso, um discurso que homogeneíza essa situação, como se todas as pessoas tivessem a mesma condição de acesso e conhecimento desse mundo on-line. Sabemos que não é assim. Nas nossas reuniões, houve relatos sobre a dificuldade de manter o contato e a construção de movimento pela internet, justamente pela falta de acesso. Mas logo, também, começaram a surgir relatos da criatividade militante na invenção de formas de se comunicar e se manter juntas e em movimento nessa situação de tanta adversidade.

Começamos nossa trilha refletindo, juntas, sobre como as mulheres usam a internet e como, a partir de cada lugar onde estamos organizadas, as mulheres estavam vivendo a pandemia nessa relação com o uso da internet. Aqui, apresentaremos o caminho percorrido

nessa trilha. Começaremos por alguns dados sobre o uso da internet no Brasil e, m seguida, compartilharemos as reflexões coletivas realizadas nos fóruns e oficinas dessa trilha feminista, para a qual contribuíram cerca de 50 companheiras de diversas partes do país, e buscaremos registrar sínteses que apoiem nossa construção de movimento.

Como as mulheres usam a internet?

Os dados sobre o uso da internet no Brasil, particularmente o uso feito pelas mulheres, foram extraídos da pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2018,[1] que é representativa da população brasileira, e também de dois levantamentos realizados com mulheres de movimentos. O primeiro deles, realizado pelo coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres no início de 2020, envolveu 280 mulheres militantes do movimento.[2] O segundo, realizado pelo Centro Feminista 8 de Março (CF8) no início da pandemia, envolveu 100 mulheres que fazem parte de grupos acompanhados pela organização, em sua maioria rurais.[3]

É preciso começar pontuando que não são todas as pessoas no Brasil que têm acesso e utilizam a internet. De acordo com a TIC Domicílios 2018, no Brasil, 21% da população urbana e 42% da

1 Pesquisa realizada anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Essa plataforma de visualização de dados disponibiliza diferentes cruzamentos, como por gênero, renda e região, embora não disponibilize os dados por raça.
Disponível em: www.cetic.br.

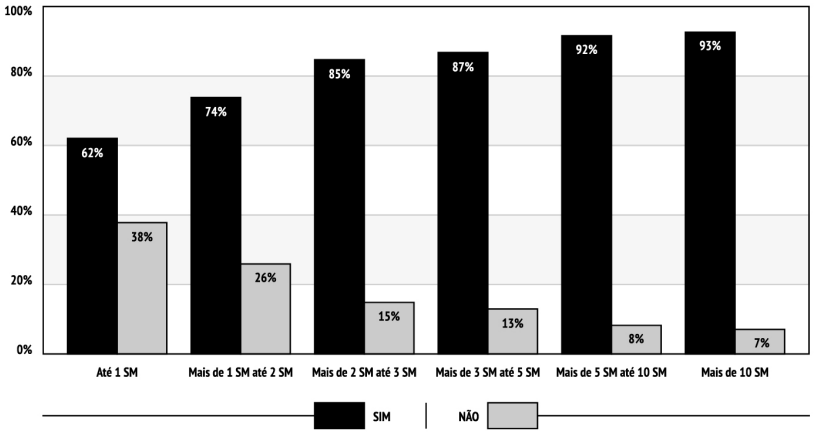
2 As mulheres que preencheram esse levantamento têm acesso a internet. O foco foi entender como as mulheres se comunicam e como acessam informações pela internet, não tanto a dimensão do acesso.

3 Inspiradas nessas iniciativas, a SOF realizou, no segundo semestre de 2020, um levantamento sobre o uso da internet pelas mulheres agricultoras no Vale do Ribeira, que também foi utilizado como referência para as reflexões deste texto.

população rural não são usuárias da internet. Além disso, há uma variação regional relacionada ao uso. Por exemplo, enquanto 31% das pessoas no Nordeste não são usuárias de internet, no Sudeste esse percentual é de 20%. A pesquisa possui um indicador ampliado, de modo que são consideradas usuárias de internet todas as pessoas que usam a internet, seja no computador ou no telefone celular, ou pelo uso de aplicações que necessitam de conexão à internet.

Quando olhamos para esses dados a partir da renda familiar da população, a desigualdade fica evidente. O gráfico abaixo mostra que quanto menor a renda familiar, maior o percentual de pessoas não usuárias de internet.

Usuários de Internet – Indicador ampliado
Total da população(1)



(1) Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2018.
Inclui os usuários de Internet, os usuários de Internet no telefone celular e os usuários de aplicações que necessitam de conexão à Internet.

É o caso de 38% dos indivíduos com renda familiar de até um salário mínimo, de 9% dos com renda familiar de 5 até 10 salários mínimos e 7% das pessoas cuja renda familiar é superior a 10 salários mínimos.

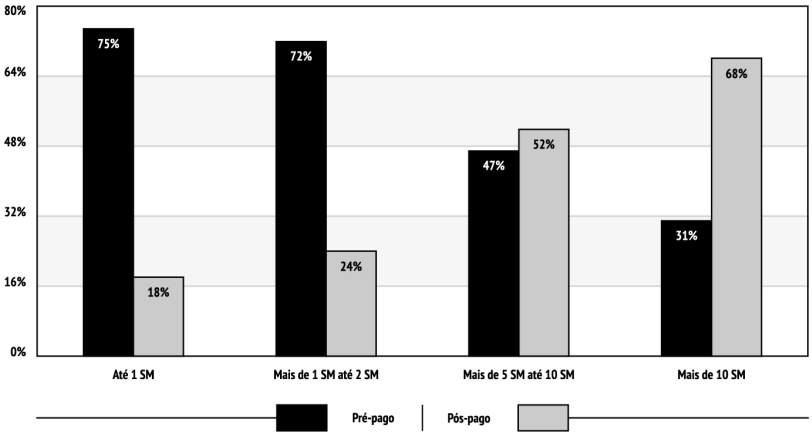
No Brasil, o alcance da disponibilidade de acesso a internet tem crescido tanto no âmbito urbano quanto no rural. Essa ampliação é reivindicada por movimentos sociais, em luta pela universalização do acesso à internet como direito a ser garantido, por estar relacionado com outros direitos como educação, trabalho e cultura, e que requer investimento público na ampliação de infraestrutura que dá suporte à banda larga. Mas essa é uma disputa, em que setores privados atuam para que os recursos do Estado se direcionem para ampliação de seus negócios, como é o caso de empresas de educação privada à distância ou da Microsoft com seus interesses na digitalização da agricultura. Trata-se, portanto, de uma disputa pelo sentido público do Estado, na qual é preciso fortalecer a perspectiva da desmercantilização ao lutarmos pela universalização efetiva do acesso à internet como direito.

Atualmente, a disponibilidade de sinal não significa, necessariamente, o uso – e as condições efetivas de acesso e uso da internet. O dispositivo utilizado pelas pessoas para acessar a internet (computador ou celular) é um fator que pode limitar o acesso e o uso – por exemplo, pelo pouco espaço disponível na memória dos aparelhos ou pelo limite no pacote de dados. O padrão se repete novamente, uma vez que quanto menor a renda familiar, maior a porcentagem de pessoas que usa a internet apenas pelo telefone celular (78%, até um salário mínimo); entre as pessoas com renda familiar superior a 10 salários mínimos, 80% utilizam a internet tanto pelo computador quanto pelo celular. Mulheres acessam mais a internet exclusivamente pelo telefone celular do que os homens – 60% e 52%, respectivamente. No levantamento realizado pelo CF8,

24,5% das mulheres disseram ter computador em suas casas, o que não significa que as mulheres o utilizem ou que saibam utilizá-lo. As mulheres relataram que quem usa o computador são outras pessoas da família, sendo que algumas nunca chegaram a utilizá-lo.

Considerando o uso do celular, o tipo de plano também é um fator que interfere naspossibilidades de acesso. Como o gráfico abaixo mostra, o plano pré-pago predomina entre os usuários de internet com renda familiar de até dois salários mínimos.

Indivíduos que possuem telefone celular, por tipo de plano de pagamento
Total de pessoas que possuem telefone celular(1)



(1) Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2018.

Em muitos planos pré-pagos, as operadoras (como TIM, Vivo, Claro, etc.) "liberam" o uso de aplicativos como odn WhatsApp. Mas a internet não se resume ao WhastApp e ao Facebook, por mais que esse seja um dos objetivos dessa grande empresa. Isso efetivamente restringe o uso e o acesso real à internet, além de ter implicações relacionadas à desinformação.[4] É o que acontece quando as pessoas recebem informações e *links* por grupos de Whatsapp, mas não conseguem acessar a página de origem em que o conteúdo está publicado porque a franquia de dados não permite. É um limite à checagem de informações, à busca por saber mais ou mesmo a um uso mais ativo da internet, seja produzindo e publicando conteúdos ou acessando algo de interesse, ampliando descobertas, e não apenas consumindo informações enviadas por outros. As agricultoras do Vale do Ribeira indicaram que gostariam de ter um bom acesso à internet para assistir e enviar vídeos, ouvir e enviar áudios, realizar pesquisas relacionadas com sua produção, buscar receitas, entre outras coisas das quais são impossibilitadas pela falta de sinal, pela interferência da chuva na qualidade do sinal ou por falta de conhecimento e experiência com o celular (SOF, 2020).

No levantamento realizado com mulheres da MMM, o Whatsapp foi indicado como a principal fonte de informação, seguido por sites de notícias, pelo Facebook e pelo Youtube. Entre as mulheres entrevistadas pelo CF8, a maioria confia mais nas informações veiculadas pela televisão (37%) e rádio (27%) do que naquelas que acessam por sites e redes sociais (19%) ou por grupos de WhatsApp (15%).

4 Discutida em profundidade no artigo "O direito à comunicação: reflexões e alternativas feministas contra a desinformação e a concentração da mídia", publicado neste Caderno.

Um último aspecto sobre os dados que importa para nossa reflexão diz respeito às diferenças nos usos que homens e mulheres fazem da internet, indicando que a exclusão digital também é marcada pelo gênero. Os dados da TIC Domicílios mostram que, ao usar o computador, as mulheres utilizam menos funcionalidades desse dispositivo (como copiar e colar informações em um documento, mover arquivos ou pastas, anexar arquivos em e-mails). São ainda maiores as diferenças nas habilidades para instalar programas e aplicativos e para transferir arquivos entre o computador e outros equipamentos. Considerando o uso da internet para o acesso a serviços públicos, o único tipo de serviço que as mulheres acessam mais do que os homens é aquele relacionado com a saúde pública.

As diferenças entre os usos que homens e mulheres fazem do celular são um pouco menores, mas ainda existem. Por exemplo, as mulheres baixam menos aplicativos e acessam menos páginas ou sites, mas tiram um pouco mais (2%) de fotos e compartilham vídeos, textos e fotos. Já no levantamento realizado pela MMM, as mulheres indicaram que curtem e compartilham mais do que comentam e escrevem, elas mesmas, suas próprias postagens. Isso pode abrir reflexões relacionadas com as mudanças e continuidades da separação entre público e privado no ambiente virtual, sobre as formas de expressão e participação social das mulheres, sobre autonomia e as condições para colocar em prática suas vontades e expressar suas opiniões.

É importante destacar que esses dados estão em constante transformação. Os dados disponibilizados pelo Painel TIC Covid-19,[5] pesquisa realizada pelo Cetic.br durante os meses de pandemia, indicam que todos os tipos de atividades realizadas na internet cresceram (ensino, trabalho, transações financeiras, comércio,

5 Disponível em: www.cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19.

cultura, serviços públicos), mas seguem marcadas, sobretudo, pelas desigualdades de classe.

O uso da internet durante a pandemia

Ao debater sobre como as mulheres vivenciaram (e ainda estão vivenciando) esses meses de pandemia e a sua relação com o uso da internet, duas marcas foram presentes em suas percepções pessoais, de grupo e de comunidade: a relação das mulheres com o trabalho e a renda (delas e de suas famílias) e, ao mesmo tempo, o acesso aos serviços e à educação dos filhos. Esses aspectos se vinculam diretamente com a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidado (divisão sexual do trabalho). São duas dimensões muito articuladas no cotidiano das mulheres, sendo inseparáveis, e, nas reflexões compartilhadas, parecem também se relacionar com a dimensão das vivências do tempo durante esses meses. Destacamos, a seguir, alguns eixos em torno dos quais as reflexões giraram.

Auxílio emergencial, desmonte do público e mercantilização dos dados

O auxílio emergencial, fruto da pressão da oposição, foi fundamental no contexto de aumento da pobreza durante a pandemia – um problema que não foi solucionado e que volta a aumentar com a redução do valor do auxílio.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres na solicitação e recebimento do auxílio emergencial foram muitas: não ter celular, não conseguir baixar o aplicativo por falta de espaço no celular ou por não saber como fazer, dificuldades com o preenchimento do cadastro, entre outros entraves. As mulheres refletiram sobre

como as propagandas de "modernização", "agilidade" e "redução de custos", que acompanham tecnologias como essas, ocultam o estabelecimento de novas camadas de exclusão. A propaganda e os números não dão conta de quem foi excluído, nem dos motivos de tal exclusão.

Diante disso, houve muitos lugares em que os grupos de mulheres se organizaram para apoiar aquelas que precisavam, difundindo informações e monitorando os pedidos. Mulheres com mais facilidade fizeram o cadastro para as que não tinham celular com acesso à internet nem possibilidade de baixar aplicativos. Em seguida, acompanhavam os pedidos e as transferências. Movimentos sociais realizaram mutirões para garantir os cadastros, que foram combinados com outras ações de solidariedade e de acompanhamento permanente para sustentar a vida durante a pandemia

A pandemia acelera ações de governo e empresas no avanço da privatização e dos lucros, implementando modelos para o pós-pandemia. Diante de tantas dificuldades, especialmente entre as camadas mais pobres da população – justamente quem mais precisa do auxílio –, reduzir a política a um aplicativo, em que uma pessoa não pode encontrar outra com quem possa dialogar, perguntar e entender sua situação, não é apenas uma estratégia falha do governo, mas expressão do desmonte dos serviços públicos. Encontraram dificuldades sobretudo pessoas que empobreceram no último período e, particularmente, na pandemia. O CadÚnico, ferramenta que permitiu que as pessoas tivessem acesso ao auxílio emergencial com mais facilidade, poderia ter sido integrado e ampliado, considerando o impacto gigantesco da pandemia nas condições de vida da população. Mas isso não interessa ao governo, que tem atuado no desmonte do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Por outro lado, os dados coletados pelo aplicativo são muito úteis para o governo, inclusive para estratégias de construção,

mobilização e ampliação de suas bases de apoio. Não há transparência sobre como o governo utiliza esses dados, e essa dimensão nos coloca uma reflexão sobre o significado da digitalização dos serviços públicos no contexto do neoliberalismo autoritário. É uma dimensão importante, que deve ser integrada à nossa resistência aos desmontes da democracia, às nossas lutas por direitos e políticas públicas que priorizam a vida e incluem a manutenção do auxílio e à defesa da renda básica como estratégia permanente de enfrentamento à pobreza.

Durante a trilha, Patrícia Cornils, do coletivo de comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres, explicou:

> "ao mesmo tempo em que investe contra o CadÚnico e o SUAS, o governo Bolsonaro está tentando reunir em um só banco de dados todas as informações das cidadãs e cidadãos. Numa canetada só, com um decreto (Decreto 10.040/2019), ele criou o Cadastro Base do Cidadão (CBC) e o Comitê Central de Governança de Dados (CCGD). O CBC visa integrar, a partir da base de dados do CPF (onde há por exemplo o nome, data de nascimento e filiação das pessoas), o maior número de dados possíveis sobre cada indivíduo – incluindo dados biográficos, biométricos e cadastrais – para identificar inequivocamente cada um e uma de nós. Dez meses depois de publicado o decreto, o Ministério da Economia divulgou, em 26 de agosto, a informação de que meio bilhão de demandas anuais do Sistema Único de Saúde (SUS) já usam o CBC para decidir sobre a prestação de serviços públicos como o acesso a medicamentos, vacinas, transplantes, controle de acesso a leitos hospitalares, informações pessoais e clínicas, agendamento de exames. Ao Comitê Central, que desde o início de 2020 está em atividade, cabe orientar a construção e a manutenção do CBC e regulamentar o acesso e o compartilhamento das bases de dados. Essas medidas foram apresentadas pelo governo como um passo para melhorar a prestação de serviços públicos ao cidadão. Mas não há nenhuma discussão pública nem transparência sobre sua finalidade, implantação, objetivos e funcionamento.

> O tal do comitê só tem representantes do governo. Um governo que já anunciou que gostaria de privatizar o Serpro e a Dataprev, suas empresas de tecnologia. Não se sabe o que vão fazer com isso. Nem como esse cadastro poderá influenciar o acesso ou não a serviços públicos." (trecho retirado do fórum virtual da Trilha Feminista[6]).

Adaptação e aprendizagem para o uso cotidiano da internet

Os desafios percebidos pelas mulheres no uso de internet durante a pandemia são de várias ordens. Estão relacionados, por exemplo, com o aprendizado de uso de ferramentas e aplicativos, com a disponibilidade de aparelhos, com a questão da disponibilidade de infraestrutura de acesso à internet e com o preço alto dos serviços, que impossibilita o acesso. A situação das mulheres em relação a essas questões é diversa, e têm interferência as diferenças geracionais, de renda, de escolaridade e moradia. Na área rural, o acesso é ainda mais difícil. No levantamento realizado pela SOF em 2020, 59% das mulheres disseram que foi preciso mudar a rotina durante a pandemia para conseguir acessar a internet.

O acesso exclusivo pelo celular, feito por dados móveis, representa para elas uma grande dificuldade. Muitas vezes o único aplicativo que cabe no telefone é o WhatsApp, e elas não conseguem instalar aplicativos que são utilizados para reuniões ou aulas. Os aparelhos mais simples e mais antigos comportam um menor volume de informação e aplicativos, e os pacotes de dados limitados dificultam o acesso a documentos e vídeos para estudo.

A falta de habilidade no manuseio foi outro desafio encontrado, relacionada com a dificuldade de acesso e a frequência de uso. A partir da experiência das mulheres, percebemos que a

6 Todas as citações que se seguem de reflexões das mulheres são referentes a contribuições no fórum virtual.

exclusão digital não tem apenas a ver com o acesso em si, mas também com os usos. A divisão sexual do trabalho se expressa também na forma como mulheres e homens usam ou não a internet, como são estimulados/as em sua capacidade de desenvolver essas habilidades. Conforme refletiu Maria Niuza, militante da MMM em São Paulo, "para baixar o aplicativo é necessário ter um certo conhecimento de internet, os comandos vêm em inglês. As mulheres com mais idade não entendem essa nova linguagem. Os jovens, no caso os filhos, não tem paciência para explicar a elas que, aos poucos, até desistem de baixar o aplicativo". Ela reflete que, juntamente a isso, o ambiente, o barulho e a falta de tempo são fatores que desestimulam as mulheres em usar esses recursos para se comunicar.

Já Ana Célia, militante da MMM e da economia solidária no Ceará, compartilhou que "nossa grande dificuldade é aprender a utilizar o celular: só sabemos atender e fazer ligação. Algumas não possuem o aparelho com acesso à internet e relatam que não têm porque não sabem mexer, então ficam com o mais simples. Mas são mulheres com muita vontade de desafiar o novo". Por conta disso, elas organizaram um processo de formação sobre o uso do celular, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, do qual participaram 70 mulheres.

Espaços, tempos e sobrecargas

A questão do espaço limitado de memória no telefone muitas vezes esteve relacionada com o fato de que os filhos utilizam os aparelhos das mães para estudos e lazer, ocupando a memória com jogos e vídeos, o que faz com que sobre pouco espaço para o uso das mulheres. É possível relacionar a falta de espaço no aparelho com a falta de espaço físico – e tempo – vivenciada pelas mulheres, especialmente na quarentena. Assim, o problema do acesso à internet

muitas vezes coincide com o problema da moradia (precariedade, tamanho, organização).

Identificam que a prioridade de acesso à internet e aos equipamentos compartilhados nas casas é dos homens, inclusive a ambientes de trabalho mais adequados. Enquanto isso, as mulheres precisam ficar em locais barulhentos, inadequados para permanecer horas diante do computador, sem encontrar condições que permitam que elas se concentrem.

A questão do espaço, por sua vez, se relaciona com o tempo e com o fato de as mulheres serem as mais responsabilizadas pelo trabalho doméstico, pelos cuidados e pela gestão do cotidiano da casa. A ideia de que elas estão disponíveis o tempo todo para isso implica em constantes interrupções. Há uma sensação compartilhada de que os homens têm o tempo e espaço de trabalho remunerado – mesmo remotamente – mais preservado, como se o trabalho deles fosse mais importante. Os homens têm um papel ativo em sua desresponsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidado, e recaem sobre as mulheres os malabarismos necessários para dar conta de sustentar o cotidiano comum. Na pesquisa realizada pela SOF em parceria com a Gênero e Número, 41% das mulheres afirmaram estarem trabalhando mais durante a pandemia.[7]

As mulheres compartilharam a angústia com o desconhecido, potencializada pelas responsabilidades simultâneas com a casa, trabalho e filhos – de forma simultânea e sobreposta. A comunicação pela internet e a realização de diversas atividades, antes presenciais, no formato *on-line* aumentaram muito. Reuniões on-line, mensagens de WhatsApp, dicas de autoajuda e exercícios e atividades para fazer em casa se proliferaram, resultando em um processo adoecedor

7 Relatório *Sem parar: a vida das mulheres na pandemia.*
Disponível em: www.mulheresnapandemia.sof.org.br.

o tanto de atividades e informações que se somaram às responsabilidades e preocupações efetivas com o adoecimento e morte das pessoas pela covid-19.

Ensino remoto, trabalho doméstico e de cuidado presencial

A responsabilização das mulheres pelo cuidado dos filhos e pelo conjunto do trabalho doméstico é um aspecto fundamental para compreender os usos que fazem da internet e os desafios que enfrentam, especialmente na pandemia.

Isso se relaciona diretamente com a interrupção do funcionamento presencial das escolas e com o ensino remoto. Nos relatos das mulheres, está presente a questão da sobrecarga entre as que são mães e da grande dificuldade em acompanhar os filhos nas atividades. Assumiram essa tarefa mais do que os pais e ainda enfrentam dificuldades para auxiliar efetivamente com conteúdos e na aprendizagem. Novamente, a desigualdade de renda é uma dimensão fundamental para as condições de acompanhamento do ensino remoto e, além de escancarar, aprofunda as distâncias em relação à garantia do direito à educação. Além da falta de acesso à internet, o painel TIC Covid-19 indica que entre as e os estudantes com mais de 16 anos que não conseguiram acompanhar as aulas no ensino remoto, 56% indicaram como motivo a necessidade de busca por emprego e 48%, a necessidade de cuidar da casa, irmãos, filhos ou outros parentes. Estudantes, meninos e meninas das escolas públicas, tiveram enormes dificuldades em acompanhar as aulas e os conteúdos, o que reitera todos os dados indicados anteriormente (especialmente o acesso realizado pelo telefone, que é compartilhado com outras pessoas da família). Não é à toa que, entre os estudantes de escola pública de 6 a 15 anos, o segundo material de estudo mais citado foi o impresso distribuído pelas escolas, correspondendo a

57% das respostas. Representa pouco menos do que o uso de sites da escola, redes sociais ou videoconferências (63%).

São recorrentes as situações de mulheres que enfrentaram muitas dificuldades e assumiram uma carga ainda maior de atividades relacionadas ao cuidado para que seus filhos e netos pudessem acompanhar as aulas remotas. Exemplos foram as dificuldades com tecnologias e com os conteúdos que demandam contato direto com as professoras, exigindo inclusive ligações e participação em grupos de WhatsApp com um grande fluxo de mensagens.

As dificuldades perante as tecnologias também foram muito sentidas pelas professoras. Muitas nunca haviam participado de plataformas de reuniões on-line e precisaram transpor todas as atividades para esse formato, sem mencionar o fato de suas jornadas de trabalho terem ficado ainda mais extensas.[8] Além dos problemas técnicos, dos equipamentos, da nova linguagem e da falta de apoio adequado das secretarias de educação, trata-se de uma categoria formada em sua maioria por mulheres, com filhas/os ou com pessoas idosas em casa. Foi preciso dividir o tempo de trabalho e o de cuidado, e não dispuseram do espaço adequado para realizar esse trabalho.

Durante a trilha feminista, as companheiras, muitas delas mães e professoras, compartilharam que as soluções encontradas para enfrentar as dificuldades se deram principalmente a partir da solidariedade entre as pessoas envolvidas: de professoras com as mães, entre vizinhas e amigas que se instruíram e se apoiaram nesse processo. Tais desafios também foram enfrentados por outras categorias. Em muitos ambientes de trabalho, as companheiras relataram que perceberam uma dificuldade maior de adaptação de

8 A reflexão sobre educação e tecnologia será aprofundada na próxima trilha feminista, que terá como tema o capitalismo digital e as empresas transnacionais. Ela abordará tanto a dimensão das experiências das mulheres como o debate político sobre as ferramentas digitais utilizadas pelas instituições de educação pública.

pessoas com mais idade, que muitas vezes não contavam com o apoio de outras pessoas e nem mesmo das empresas para entender o funcionamento de plataformas para que pudessem desempenhar suas próprias atividades de trabalho. Mulheres que atuam em sindicatos relataram como a falta de familiaridade com a tecnologia dificulta o contato dos e das trabalhadoras com essas instituições e também o acesso a informações sobre ações trabalhistas.

Participação política e organização feminista

O desafio de manter a organização durante a pandemia foi sentido por todas e enfrentado por meio de diferentes estratégias. O esforço coletivo para manter o contato e realizar discussões *on-line* foi comum. O uso de plataformas de reuniões foi complementado por conversas mais curtas em chamadas em grupos do WhatsApp. Percebeu-se a dificuldade de mulheres em realizar intervenções, já que muitas participaram apenas escutando, inclusive enquanto faziam outras atividades domésticas.

A realização de atividades *on-line* facilitou os diálogos nacionais e estaduais e também foi importante para articular ações de solidariedade em diferentes cidades. Além disso, foram desenvolvidas metodologias e estratégias de formação usando, especialmente, a ferramenta de áudio do WhatsApp, que, em alguns lugares, teve o complemento de bicicletas que circulavam pelos bairros tocando os áudios em alto-falantes para convocação de atividades virtuais.

As ações virtuais realizadas como parte da 5a ação internacional da MMM foram indicadas como espaços importantes de encontro e pertencimento; buscaram criar formas, on-lines, de expressar nossa irreverência feminista – com música, política, poesia, diferentes sotaques, construindo a auto-organização das mulheres como resposta à crise.

Mesmo com os desafios de conexão, houve um esforço para que companheiras de diferentes partes do país, lideranças locais, pudessem participar de ações e debates on-line. Esse esforço se concretizou na mobilização de companheiras que apoiaram tecnicamente, aprenderam, ensinaram e acompanharam, conformando uma infraestrutura coletiva que sustenta o feminismo popular também na modalidade on-line. As militantes da MMM identificaram como positivo o fato de "encontrarem" companheiras que normalmente têm mais dificuldade de participar presencialmente de espaços nacionais, por exemplo. Os desafios de conexão, é preciso sublinhar, não dependem apenas de nossas estratégias como movimento, e é por isso que consideramos a universalização da banda larga um tema de reivindicação da nossa agenda política.

Refletimos, ainda, sobre a grande quantidade de informações e debates que circulam, inversamente proporcional às possibilidades efetivas de participação das mulheres (pelos tempos e responsabilidades da vida), de interação (para além de comentários, curtidas e hashtags) e de trocas que permitam costurar as ideias, construir sínteses e propostas políticas de seguimento. A metodologia das trilhas feministas é, em si, um exercício para superar essa dificuldade.

"Tudo ao mesmo tempo, agora"

O imediato, as urgências e a sobreposição temporal das atividades e responsabilidades das mulheres marcaram nossa reflexão coletiva. Duas referências que utilizamos na economia feminista vieram à tona nessa reflexão. Há uma imagem que usamos para ilustrar as mulheres fazendo várias coisas ao mesmo tempo,[9] com

9 Cartilha Para entender a Economia Feminista, p. 25. Disponível em: www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.

mais de dois braços, que parece precisar de uma atualização: com mais braços, agora conectados ao computador ou segurando um telefone cheio de chats, recebendo mensagens o tempo todo. Da mesma forma, ao desenhar o relógio que conta todas as tarefas desempenhadas pelas mulheres ao longo de um dia, as horas trabalhadas e dedicadas aos cuidados poderão se mostrar bem maiores do que as pesquisas antes da pandemia indicavam. Dizer que as pessoas estão "dentro de casa" não significa o mesmo que dizer que o trabalho é socializado, ao contrário: o trabalho das mulheres, que cuidam inclusive daqueles que poderiam realizar com autonomia suas atividades, tem aumentado.

A sobrecarga de trabalho dificulta e até mesmo impede que as mulheres tenham acesso a atividades formativas ou culturais virtuais. As atividades gravadas têm sido mais acessadas, por se adequarem a essa rotina intensa de trabalho doméstico e cuidado. Por outro lado, as mulheres perdem em diálogo, em reflexão coletiva e simultânea. "O tempo que sobra" muitas vezes ocorre tarde da noite ou de manhã bem cedinho.

Outros aspecto é o acúmulo de demandas e a aceleração dos processos, das informações, das metas e produtividade do trabalho, de um acúmulo de coisas que a digitalização parece impulsionar ainda mais. Parece que as pessoas precisam passar o dia todo conectadas, respondendo a notificações que não param de chegar. A companheira Ines Sol sintetizou essa percepção: "Estamos mergulhadas na rapidez da comunicação digital e estamos apreendendo muito pouco". As grandes quantidades de velocidade de informações e de demandas dificultam o aprofundamento e, também, a passagem do conhecimento para a ação. Como movimento social, essa é uma dimensão importante sobre os desafios para construir permanentemente nossas agendas e nosso projeto

pdf.

político, para além da reação a urgências.

Nossos caminhos de construção de movimento

As reflexões realizadas nessa trilha foram extremamente relevantes para compreender, a partir dos olhares e experiências das mulheres, os usos da internet e as dificuldades e desafios relacionados com a construção de movimento. E, por isso, esse debate que não se encerra aqui. Permanece a necessidade de, juntas, conhecermos mais experiências em curso que fortalecem a organização feminista, com a construção coletiva de conhecimento, saberes e estratégias de uso da tecnologia.

Queremos percorrer juntas as trilhas que constroem alianças e alternativas tecnológicas populares, com experiências concretas e enraizadas, articuladas com nossas lutas democráticas, com a disputa pelo sentido público do Estado, pela universalização da banda larga e das tecnologias livres.

O debate que sintetizado aqui possui um componente feminista fundamental: não podemos dissociar a compreensão e o debate das tecnologias do conjunto das dinâmicas do cotidiano de vida das mulheres. Se nos espaços presenciais temos experiências de organização do cuidado coletivo, é preciso, também nos espaços virtuais, pensar em estratégias para manter as mulheres com uma responsabilidade intensa de cuidado entre nós. Isso se relaciona com a adaptação de horários e dias da semana para a realização de atividades, colocando também uma questão importante sobre os tempos dos nossos processos de encontro virtual. Presencialmente, trazemos nosso corpo para o espaço no início de cada atividade, nos olhamos e nos escutamos de forma atenta. No espaço virtual, não podemos nunca nos esquecer que por trás de cada tela, estão nossos corpos, que precisam se mover, se hidratar e se alongar. Ou que os

tempos de escuta podem se alongar, e uma intervenção pode durar mais do que o tempo previsto, não porque a companheira passou do tempo combinado, mas por uma falha da internet, por uma fala que teve o som picotado, pela interrupção de um criança, pela falta de luz, além de tantas outras situações que todas nós vivenciamos nesses meses. Seguimos construindo, nas nossas práticas, esse exercício coletivo de busca por formas de nos cuidar, de nos mantermos juntas e organizadas *on-line*, enraizadas nos nossos locais – não apenas nas casas, mas em nossos bairros e comunidades, redes e roçados.

Referências bibliográficas

CETIC.BR Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018.* São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

SOF Sempreviva Organização Feminista. *Relatório Levantamento da Conectividade das mulheres rurais.* Setembro, 2020. Mimeo.

O DIREITO À COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES E ALTERNATIVAS FEMINISTAS CONTRA A DESINFORMAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO DA MÍDIA

Fabiana de Oliveira Benedito e Helena Zelic[1]

Se consideramos que nossa existência em sociedade só se sustenta porque somos interdependentes e ecodependentes, consideramos, então, a necessidade do trabalho, do cuidado de nós e da natureza, a necessidade da vinculação entre os viventes. A comunicação é um elemento fundamental para a interação humana e para o fortalecimento desses vínculos. A linguagem permite boa parte de nossa expressão e formulação de discursos que, em um mesmo movimento, alteram o mundo e são por ele alterados.

O direito à comunicação é o direito que todas as pessoas têm de produzir, distribuir e acessar informação e cultura (Camba, 2015). A possibilidade de acesso, formulação e veiculação dessa comunicação, porém, é barrada pelo modelo que estrutura os *meios de comunicação*. Por isso, a luta pelo reconhecimento da comunicação como um direito fundamental passa, necessariamente, pela luta por uma transformação desse modelo.

A comunicação tem ocupado um lugar de centralidade nos debates políticos e em nossa organização social. Ao mesmo tempo em que as ferramentas e suas dinâmicas se alteram em uma

1 Agradecemos as contribuições de todas que participaram da *Trilha Feminista #1: Comunicação, internet e construção de movimento*, especialmente Tica Moreno, Patricia Cornils e Ellen Dias, que estiveram envolvidas com a elaboração do espaço virtual de formação em movimento da SOF "Em tempo de feminismo".

velocidade cada vez maior, devido ao ritmo da criação tecnológica (e do mercado), sua estrutura se mantém, inclusive com muitas das velhas armadilhas. Trata-se de uma estrutura de acumulação, desinformação e concentração. Somam-se a ela o controle e a vigilância, que se potencializam com a digitalização da comunicação, do trabalho e dos modos de vida.

As ameaças políticas da desinformação

Vacina comunista, mamadeira pornográfica, cloroquina, ideologia de gênero... Esses são apenas alguns exemplos das notícias falsas que circularam nas redes e no imaginário brasileiro nos últimos meses e anos, tanto em relação às respostas à pandemia quanto às eleições e políticas em disputa. A desinformação (aliada ao negacionismo, ao discurso de ódio e à discriminação) é utilizada como ferramenta de disputa política. Seus autores se utilizam da rapidez das redes sociais digitais, aproveitando um modelo de navegação projetado para manter a circulação encerrada dentro da rede e gerando obstáculos para o livre acesso à internet. Os algoritmos são pautados por uma lógica de acumulação e formação de bolhas, e as brechas de programação criam a possibilidade de operar robôs virtuais, contra os quais a agilidade humana não é capaz de competir. A difusão massiva das chamadas *fake news* tem preocupado militantes, pesquisadoras e pesquisadores e defensoras e defensores da democracia mundo afora. A suposta "era da informação" teria se convertido em era da desinformação?

O poder de espraiamento de mensagens falsas, comumente com apelo a conteúdos misóginos, preconceituosos, racistas e xenofóbicos, tem sido determinante para processos eleitorais e para os rumos da agenda política em todo o mundo. O posicionamento conservador presente nessas mensagens é mais uma indicação da

aliança do neoliberalismo com o autoritarismo, a misoginia e o racismo; uma aliança que se evidencia, em tempos de crise sistêmica, como filiação ideológica e como estratégia de ofensiva contra a democracia. Foi assim em 2016, na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e no escândalo da Cambridge Analytica. Foi assim no Brasil, em 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito por meio do financiamento ilícito da distribuição automática de mensagens segmentadas via WhatsApp, pagas por grandes empresários que hoje oneram a população brasileira com políticas de austeridade. A desinformação no espaço digital que, pelas características de opacidade das redes sociais, esconde seus financiadores e seus intuitos políticos, é uma violação ao direito à comunicação.

As mensagens falsas não são uma novidade no ecossistema da informação (os Estados Unidos, inclusive, passaram todo o século XX difundindo-as como forma de retaliação a governos socialistas ao redor do mundo), mas o poder de viralização das redes sociais digitais complexificou as possíveis saídas para a problemática. No centro da questão, está uma realidade que também não é nova quando falamos sobre comunicação e a violação desse direito: a concentração.

Concentração de mídia: velho problema com novas roupagens

"Quem controla a mídia no Brasil?" foi uma das perguntas que buscou responder o relatório Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (Media Ownership Monitor/Brasil – MOM), apresentado em 2017 pelo coletivo Intervozes e pela organização Repórteres Sem Fronteiras. Ao analisar 50 veículos de comunicação de quatro segmentos diferentes (TV, mídia impressa, online e rádio) pertencentes a 26 grupos, o relatório evidenciou uma realidade há muito conhecida no país: "Nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração

geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas".[2]

No movimento feminista, as mulheres vêm denunciando que essa concentração forja um ponto de vista único, supostamente consensual, sobre questões complexas, privilegiando a visão e os interesses dos mais ricos e poderosos. Não por coincidência, são os mesmos sujeitos que articulam medidas voltadas para a acumulação, o controle, a privatização e a austeridade, que prejudicam a população, de modo geral, e as mulheres, especialmente.

Foi assim, por exemplo, com a Reforma da Previdência, proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer e, depois, pelo de Bolsonaro. Programas de TV, jornais, outdoors, programas de rádio e propagandas na internet não ocultavam seu posicionamento consonante ao discurso dos governos: diziam que ela era necessária e que sua não aprovação resultaria na "quebra da economia". Os dados sobre a Previdência Social foram frequentemente fragmentados, ao mesmo tempo em que as dívidas das grandes empresas, a acumulação de fortunas e outras desigualdades tributárias não foram questionadas. Forja-se, assim, uma rua sem saída: seria preciso sacrificar mais um direito do povo.

Ao mesmo tempo em que propõem medidas alinhadas com o mercado, os grandes meios de comunicação ocultam a amplitude das mobilizações populares, criando uma narrativa em que não há disputa nem opositores, muito menos sujeitos políticos coletivos. Além disso, os veículos de comunicação também constroem e reforçam imaginários sobre o que é e como deve ser uma mulher. A título de exemplo: Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta do Brasil, foi inúmeras vezes retratada como histérica, agressiva e feia (de acordo com os padrões de uma sociedade patriarcal), entre outras

2 Disponível em: www.brazil.mom-rsf.org/br.

caracterizações que fazem parte do debate público ao falar de uma mulher. As grandes empresas de mídia tiveram papel fundamental na arquitetura desse golpe. Relativização da violência, legitimação da cultura do estupro, apagamento da história de luta das mulheres, reforço de padrões misóginos, racismo, lesbofobia e mercantilização são algumas das práticas ideológicas que as feministas há muito denunciam em relação aos meios de comunicação no Brasil.

No início da massificação do acesso à internet, havia uma expectativa de que essa nova dinâmica de comunicação poderia alterar os filtros e os padrões ideológicos impostos pela mídia burguesa altamente concentrada. Embora haja, sim, resistência nas redes e as mulheres estejam construindo críticas e alternativas a partir de suas experiências concretas, a concentração de mídia é ainda o modelo hegemônico – mas com nova roupagem, novos atores e novas características, em uma estratégia para garantir a manutenção dos interesses econômicos de grupos dominantes.

Digitalização e monopólios digitais

A propriedade das empresas de comunicação, hoje, vai além do oligopólio da mídia tradicional. Google, Facebook, Amazon e outras grandes corporações criam padrões de comportamento, pensamento e consumo em escala global, facilitados pela fidelidade imposta pelo modelo virtual. Acumulam uma quantidade inesgotável de dados sobre as vidas das pessoas. É com essa coleta e processamento de dados (Big Data) que as empresas conseguem segmentar e direcionar conteúdos muito específicos, em uma lógica de vigilância permanente. Os dados exercem uma função dupla para a lógica de acumulação: ao mesmo tempo em que "personalizam" experiências de uso, também geram um banco de informações valioso, recorrentemente vendido e apropriado por outras empresas

do mundo virtual, que atuam com o marketing digital em diferentes setores, vendendo objetos de consumo ou ideologias políticas.

A visibilidade dos conteúdos inseridos nas redes sociais não é igualitária ou democrática, pelo contrário: é regida pela imbricação entre monetização e acumulação de "likes". As redes sociais não são espaços públicos de debate e reflexão coletiva, mas sim plataformas de empresas privadas que funcionam conforme seus interesses econômicos e que atualizam a dinâmica capitalista imposta ao trabalho e aos modos de vida. Através da organização de perfis comportamentais das usuárias e usuários da internet, empresas como a Cambridge Analytica são capazes de direcionar mensagens muito específicas, muitas vezes extremas ou violentas, que se somam à metodologia de desinformação. Essa estratégia combinada disputa o domínio das narrativas e interdita o debate, mesmo sendo, na maior parte do tempo, invisível, naturalizada pelo funcionamento "usual" das redes.

Essa dinâmica incentiva o individualismo, o consumo, a imposição de padrões para modos de vida e o pensamento meritocrata. São características da subjetivação neoliberal, que se impõem sobre os comportamentos e as relações sociais até parecerem naturais e incontornáveis. Elas também coincidem com a estratégia de cooptação – e, por conseguinte, banalização – do feminismo por parte das grandes empresas, com seus institutos de "ação social" e suas apostas de marketing. Essa cooptação é perigosa porque desatrela o feminismo do sentido da organização coletiva e popular, em prol de uma versão limitada a falsas soluções individuais, pautadas pelo mercado. Toda essa influência ideológica traz desafios para os movimentos e para a construção de pensamento e prática coletiva. Semana sim, semana não, há um novo "cancelamento", um novo debate que nasce e morre muito rapidamente, interditado pela negação do contraditório, pela dificuldade de aprofundamento

coletivo e dialógico sobre temas da política e das relações sociais. Essa dificuldade de produzir sínteses e acordos que levem a organização e força política duradoura está diretamente relacionada à introjeção da estrutura das redes corporativas na dinâmica dos movimentos e debates políticos. Por isso, mais do que "lacrar", "hitar" ou "viralizar", construir uma comunicação feminista significa se preocupar com a forma como são colocadas as informações, a forma como os debates são construídos, ampliados, concretizados, sempre partindo da cultura política do feminismo popular e dos acúmulos coletivos.

A centralização de muitas atividades diferentes no meio virtual – a chamada digitalização – também tem impactos profundos na organização do trabalho, que é precarizado, e no extrativismo e na destruição da natureza.[3] A digitalização interfere na natureza porque depende dela para se manter. A frase de grupos cyberativistas "tudo o que é virtual possui uma base material" resume esse aspecto. Um exemplo: o lítio usado nas baterias de telefones celulares foi indicado como uma motivação para a usurpação de poder na Bolívia em 2019. As tecnologias usadas em nosso cotidiano são sustentadas por um modelo de mineração que coloca em risco as vidas dos povos, como aconteceu em Mariana e Brumadinho. E a própria internet, que parece apenas flutuar pelo ar, na verdade depende de enormes cabos submarinos – todos pertencentes a empresas privadas e fazendo parada obrigatória no território dos Estados Unidos.

Comunicação popular e feminista por princípio militante

A comunicação feminista e popular é uma prática e um aprendizado coletivo e constante. Há muitas iniciativas de

3 Para saber mais, recomendamos a leitura do texto *Pista para entender e enfrentar o capitalismo digital*, disponível neste Caderno Sempreviva.

comunicação popular ao redor do Brasil, da América Latina e do mundo, com experiências que fortalecem os movimentos populares, as comunidades, suas pautas, visões e práticas, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Essas alternativas são desenvolvidas de forma integrada à prática política do movimento e partem de saberes que às vezes envolvem o meio digital, às vezes envolvem outras ferramentas.

Ao afirmar que comunicar não é tarefa somente de especialistas e que todas as mulheres podem criar narrativas sobre as experiências militantes concretas e compartilhadas, o feminismo recoloca a comunicação enquanto um direito de todas e todos, ao mesmo tempo em que afirma que comunicação não é apenas um produto, mas também um processo. Uma visão feminista e popular acerca da comunicação se fundamenta na crítica ao modelo hegemônico e na aposta de que "a cabeça pensa onde os pés pisam" e que, por conseguinte, andar no passo que todo mundo consegue acompanhar nos faz chegar mais longe.

> Frente à hierarquia e fragmentação das tarefas, as comunicadoras feministas buscam democratizar o processo de produção de conteúdos, em uma dinâmica horizontal que respeita os diferentes saberes e impulsiona intercâmbios e aprendizagens. Buscam ainda valorizar as linguagens e formas de comunicações das mulheres, as diferentes falas e formas de expressão, e os diferentes veículos pelos quais as mulheres acessam a informação. (Moreno, 2016, p. 4)

A comunicação feminista tem relação direta com a organização política cotidiana e com a defesa radical da sustentabilidade da vida. As experiências são muitas e resgatá-las permite aprendizados sobre as ferramentas, as formas de fazer e de dizer. Em 2020, enfrentando a pandemia do coronavírus, a comunicação feminista e popular tem visibilizado o papel das mulheres na garantia da vida coletiva, tanto nos espaços de saúde pública e assistência social, onde elas

são a maioria, quanto nos movimentos sociais, associações, bairros e comunidades, no campo e na cidade. Fortalecendo, assim, um olhar para a solidariedade como eixo de ação, vinculação e horizonte político transformador.

O ponto de vista de quem vivencia cotidianamente cada realidade é um ponto de vista legítimo e privilegiado. Na Marcha Mundial das Mulheres, há um esforço coletivo para que cada ato, encontro, formação ou reflexão seja partilhado, por meio da comunicação, com outras companheiras (Benedito, 2018). Mais importante que o alcance nas redes – busca estimulada pela lógica de dependência e manipulação dos chamados algoritmos – é dar sentido político para cada realidade e atuação vivenciadas nos territórios, que são muito diferentes, apesar de partirem das mesmas raízes. A métrica das redes se vende como uma "personalização" útil para os interesses de cada um, mas é, na realidade, um falseamento da realidade, facilitando perspectivas enganosas e funcionando para alimentar um poderoso modelo de negócios, pautado por patrocínios cada vez mais naturalizados. Por isso, a comunicação feminista e popular prioriza o diálogo, a pluralidade de vozes e a construção de críticas e de alternativas a esse modelo.

A comunicação cumpre, entre outras funções, o papel de nos conectar e oferecer uma visão panorâmica sobre o feminismo em movimento. Para além do uso crítico das redes sociais digitais, é preciso recuperar outras formas de transmitir as mensagens militantes entre pares e para o mundo. O acesso à internet no Brasil ainda é caro, precário e não está disponível para todas e todos.[4] Essa não é – e nem deve ser – a única maneira de fazer comunicação.

4 Para saber mais, recomendamos a leitura do texto *Os usos da internet pelas mulheres em movimento*, disponível neste Caderno Sempreviva.

Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados

Organizar e sintetizar as alternativas feministas de comunicação popular colocadas em prática no Brasil não é uma tarefa fácil, porque a amplitude do país comporta realidades muito diferentes, que não podem ser hierarquizadas, e porque muitas das experiências são de alcance local, em um bairro, comunidade, quilombo ou associação específicos. Nas ruas, redes e roçados, as mulheres se apropriam das críticas e formulam novas possibilidades em relação à comunicação, seja no ambiente digital, seja no papel, no analógico, no boca a boca. Apesar da centralidade que a internet parece ter, especialmente nos grandes centros urbanos, a participação das pessoas em redes sociais não se dá da mesma maneira, assim como o acesso à informação, a difusão e a produção.

A forma de fazer está diretamente relacionada com os objetivos da comunicação popular: não se trata apenas de expor para quem está "fora", mas também de fortalecer o diálogo, formação e articulação entre quem está "dentro". A produção da comunicação em rede e em convergência apoia e é apoiada pela aliança entre organizações populares, fortalecendo perspectivas e agendas políticas comuns, visibilizando realidades, trabalhos, modos de vida, enfrentamentos e propostas que são ocultados pelo modelo capitalista patriarcal e racista no qual a grande mídia está inserida.

A forma de fazer também diz respeito aos instrumentos utilizados. Desde que existe a internet, existem também coletivos e agrupações ativistas por tecnologias e internet livres do controle e da lógica de mercado das grandes corporações. Esse ativismo *hacker* é responsável pela formulação de *softwares* e ferramentas livres: programas, plataformas e aplicativos formulados com código aberto, protocolos mais seguros, a partir da criação colaborativa, em fóruns e com o acompanhamento de toda uma comunidade que garante

mais segurança e confiabilidade para as ferramentas.

Trocando em miúdos, por exemplo, a criptografia do Signal, aplicativo de mensagens desenvolvido com código aberto, pode ser considerada mais *confiável* do que a do WhatsApp, aplicativo pertencente ao Facebook e sem transparência sobre sua programação, cujo interesse principal é a acumulação e não a segurança de seus usuários. A apropriação das ferramentas digitais livres pelos movimentos populares é um ganho político: além de aumentar os níveis de segurança interna, aprofunda a crítica à hegemonia das ferramentas privadas e sem transparência e visibiliza processos mais coletivos e libertários de criação tecnológica. Colocam-se em prática alternativas que existem no presente e que queremos ver ainda mais desenvolvidas no futuro, sem serem entendidas como *exceções* ou *imitações.*

Além disso, há formas de produzir comunicação que não passam por processos virtuais. As rádios comunitárias e os jornais populares existem há décadas, muitas vezes com um alcance maior, inclusive, do que é possível quando se disputa com os algoritmos das grandes empresas de rede social.

> A comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais em toda a história e em conformidade com os recursos disponíveis em cada época. (…) Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que surge da ação dos grupos populares. (Peruzzo, 2009, p. 36)

A imprensa militante tem sido uma das formas mais antigas de comunicação produzida para/junto com a luta política. Na Rússia pré-soviética, o jornal revolucionário Pravda ("A Verdade") passou por momentos de tiragem diária de milhares de exemplares, exercendo assim o papel de organizar e difundir debates e mobilizações por uma sociedade de igualdade. No Brasil, a imprensa negra foi um

material importante para as lutas abolicionistas no final do século XIX e para as lutas antirracistas por trabalho e vida digna ao longo do século XX. Também é preciso mencionar experiências de jornais produzidos por mulheres: nos anos 1970, o boletim Maria Quitéria foi um instrumento de comunicação do movimento feminino pela anistia; na década de 1980, havia, entre outros, o jornal Mulherio, publicação de mulheres pesquisadoras e jornalistas do Rio de Janeiro, e o Chanacomchana, publicação lésbica do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) de São Paulo;[5] nos anos 1990, a SOF produzia o boletim Mulher e Saúde, que falava sobre corpo, saúde, sexualidade e movimento, com perspectiva feminista e linguagem acessível.

> O Boletim Mulher e Saúde foi criação coletiva de toda a equipe da SOF, para expressar sua elaboração sobre as questões de saúde das mulheres e sobre seus direitos sexuais e reprodutivos no contexto social e político da época. Nos limites do orçamento, o boletim foi criado e sempre impresso em duas cores: preto e lilás. Buscava-se em equipe traduzir a complexidade dos temas por meio de linguagem acessível, de ilustrações (em sua maioria de uso gratuito) e de fotografias em preto e branco, tanto roteirizadas e encomendadas pela equipe, quanto escolhidas do rico acervo da F4. A reportagem de capa do primeiro número foi "Aborto não é crime". Parte da tiragem de 10 mil exemplares era enviada a grupos e organizações de mulheres de São Paulo e de outros estados e parte era usada permanentemente como material de estudo e consulta nas atividades de formação conduzidas pela SOF. (relato de Maria Otília Bocchini, coordenadora do Boletim, cedido para a Trilha Feminista)

As rádios livres e rádios comunitárias cumprem um papel na territorialização dos debates, da produção de cultura e da reflexão coletiva na organização política local. É um meio de comunicação

5 O acervo Bajubá de memória LGBT disponibilizou algumas edições do Chanacomchana em seu site: www.acervobajuba.com.br.

autônomo, ou seja, independente das antenas e demais tecnologias das grandes empresas de comunicação, e foi, portanto, uma ferramenta importante para que a organização popular contornasse a rigidez dos períodos de censura em nosso país.

O que hoje chamamos de "podcast" não é muito diferente de um programa de rádio disponibilizado via internet. Também hoje em dia, gravar vídeos é uma possibilidade mais acessível, devido ao avanço tecnológico. Mas as iniciativas populares de produção audiovisual também aconteceram nos anos 1980 no Brasil. Um exemplo: a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP) produziu programas sobre história, cultura, movimentos e lideranças sociais.[6] A ABVP foi criada em 1984 com o objetivo de incentivar iniciativas de vídeo – distribuição, capacitação e informação – junto aos movimentos sociais e populares. Constituiu-se como um espaço de discussão e reflexão acerca da produção videográfica alternativa popular e da democratização da comunicação no Brasil.

Os exemplos são inúmeros em todas as linguagens citadas, e não cabe a este breve texto apresentar um panorama detalhado dessa vasta experiência de produção de comunicação popular ao longo da história. Mas é relevante sublinhar que muitos desses métodos e aprendizagens perduram nos dias de hoje.

Os movimentos populares encaram a comunicação como um eixo político e um trabalho permanente e coletivo, o que resulta em produções nos mais diversos formatos e linguagens. Jornais, panfletos, programas de rádio e radionovelas, vídeos, fotos, ilustrações, charges, zines, boletins virtuais, divulgação em redes sociais, tuitaços, conversas via grupos de WhatsApp, Telegram ou

6 Parte do acervo da ABVP foi digitalizado e disponibilizado pelo Armazém Memória em canal no YouTube: www.youtube.com/channel/UCFhhuzZbVPzG1wutkDnALug.

Signal, anuncicletas (as bicicletas com som) circulando... Esses foram exemplos mencionados pelas companheiras da Marcha Mundial das Mulheres que participaram da Trilha Feminista sobre comunicação e construção de movimento, realizada virtualmente em setembro de 2020. As reticências ao final da frase explicitam que ainda há muito mais além do que foi mencionado que está sendo feito, com criatividade, articulação e perspectiva política, a partir das necessidades e desafios das mulheres em cada território.

A formação para a comunicação popular extrapola as trajetórias de aprendizado formal e profissional, surgindo dos acúmulos coletivos dos movimentos, dos objetivos políticos e da organização, que são indicadores necessários para definir não apenas *o que, como, onde, quando e porque* aconteceu um ou outro evento "digno de nota", mas também como, onde, quando e porque é feita a comunicação em si. A construção da comunicação alimenta-se do movimento e a construção do movimento alimenta-se da comunicação.

A comunicação: um comum

Embora a palavra "comum" esteja embutida em "comunicação", o sentido desse conceito não está dado, devido às disputas de modelo e à hegemonia da noção capitalista de propriedade. Os comuns são, segundo uma perspectiva feminista e de transformação social, a "partilha dos meios materiais e o mecanismo primordial pelo qual se criam o interesse coletivo e os laços de apoio mútuo" (Federici, 2014, p. 152). Se as dinâmicas da natureza são um comum, se a água e a terra, os movimentos sociais e os conhecimentos são comuns, então podemos entender a comunicação (e mesmo a internet) também como comuns. Isso colabora com a disputa por tecnologias realmente livres e de códigos abertos e permite que façamos uma comunicação que vá na contramão do modelo hegemônico atual, tanto pela sua forma de

fazer, quanto pelo horizonte radical de igualdade para onde ela aponta, já que os comuns se constituem por aquilo que não deve ser privatizado, mercantilizado ou financeirizado.

Quando compreendemos a comunicação como um comum, nos opomos à lógica proprietária que viola o direito fundamental à comunicação. Ao mesmo tempo em que se diz "não" à propriedade privada, convoca-se para um novo modo de organizar os comuns, por meio de uma política coletiva. Assim, o comum pressupõe um verbo: *fazer* em comum, *construir* coletivamente. Não há comum sem comunidade e as comunidades que construímos e queremos seguir construindo e reconstruindo têm como princípio as relações de solidariedade, interdependência e ecodependência. As alternativas – ou seja, os modos de fazer comunicação e de partilhar e construir a vida – tornam a própria vida mais sustentável e apenas são possíveis associadas a uma ética feminista, segundo a qual não há mudança e nem futuro sem mutualidade.

Referências Bibliográficas

Benedito, Fabiana Oliveira. Nas ruas, redes e roçados: as TICs e a comunicação da Marcha Mundial das Mulheres. Revista do Edicc, v. 5, n. 1. Campinas: Unicamp, 2018, pp. 33-43. Disponível em: revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5983.

Camba, Salete Valesan (Org.). Direito à comunicação. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil, 2015.

Carrasco, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: Nobre, Miriam; Faria, Nalu (Orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2003, pp. 11-49. Disponível em: www.sof.org.br/a-producao-do-viver-ensaios-de-economia-feminista.

Federici, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: Moreno, Renata (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014, pp. 145-162.

Fernandes, Marianna. Entre apps e bots: o que está em jogo para as mulheres trabalhadoras na economia digital? In: Renata Moreno (Org.). Crítica feminista ao poder corporativo: texto para a ação. São Paulo: Marcha Mundial das Mulheres / SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020, pp. 93-128. Disponível em: www.sof.org.br/critica-feminista-poder-corporativo.

Martins, Helena. A luta por hegemonia em um mundo hiperconectado. In: Comunicações em tempos de crise: economia e política. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020, pp. 183-218.

Moreno, Tica. Alternativas feministas nas ruas, Feminista redes e roçados. Briefings. Gender & Development Network. 2016, Disponível em: www.sof.org.br/alternativas-feministas-nas-ruas-redes-e-rocados.

Peruzzo, Cicilia. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. Fronteiras: estudos midiáticos, v. 11, n. 1, São Leopoldo: Unisinos, 2009, pp. 33-43.

PISTAS PARA ENTENDER E ENFRENTAR O CAPITALISMO DIGITAL

Renata Moreno

Como muitas das esferas em que o poder se concentra, também hoje o mundo digital, dos dados, é apresentado como algo afastado de nós, sobre o que só especialistas podem falar, entender, questionar. Mas, sem a nossa vida cotidiana e nossas relações, sem a natureza e o trabalho, não haveria os dados que hoje são extraídos para gerar riqueza concentrada pelo poder corporativo. Precisamos entender como isso acontece e, juntas, a partir das nossas lutas para trazer a sustentabilidade da vida para o centro da política, encontrar formas de resistir e enfrentar essa renovada ofensiva de expansão do capital, acelerada pela digitalização.

As condições para o processo de digitalização que vivemos hoje se desenvolveram ao longo do neoliberalismo: as tecnologias da informação e da comunicação, o setor financeiro que, cada vez mais mediado pelo computador, impulsionou um processo permanente e persistente de registro e controle das transações, juntamente com a expansão das fronteiras da mercantilização e financeirização. A digitalização é um processo muito acelerado, de convergência tecnológica do sentido de expansão do controle e vigilância como requisito para a extração massiva e incessante de dados. Todos esses dados são extraídos de nós, de nossa vida em sociedade, em relações de poder, com lógicas neocolonialistas. Dados que servem para a manipulação dos comportamentos dos seres humanos e da natureza, para os monopólios e lucros do poder corporativo. O digital, aqui, não é um apelido para o capitalismo, nem denota um "novo"

capitalismo: ilumina a crescente centralidade dos dados, da dataficação, para a acumulação exigida pelo capitalismo heteropatriarcal e racista, financeirizado que, a partir do feminismo, confrontamos.

Este texto tem o objetivo de contribuir para nossa trilha feminista de debate sobre capitalismo digital e poder corporativo e está organizado em três partes: a primeira apresenta o que é a digitalização; em seguida, discutimos como esse processo se insere nos mecanismos de acumulação permanente do capital (sobre os territórios, trabalhos e corpos); por fim, apontamos algumas pistas para a construção de agendas políticas, resistências e alternativas.

1. Dados, dataficação e algoritmos: do que estamos falando?

Podemos pensar a digitalização como um processo que transfere muitas das coisas que fazemos em nosso cotidiano para o formato digital, que pode ser lido e processado por computadores, *softwares* e aplicativos. São conversas com pessoas próximas, agendamento de consultas, envio de fotos e documentos, pagamentos de contas, acesso a políticas – como o auxílio emergencial –, a prática política nas redes sociais, e por aí vai. Mais do que uma forma de fazer as coisas, trata-se de um novo impulso em direção ao capital.

Dados são registros digitais de tudo o que fazemos quando estamos conectadas. Tais registros são valorizados na medida em que são processados (classificados, categorizados, correlacionados). Quanto maior a quantidade de dados a qual uma empresa tem acesso, mais dinheiro ela consegue obter com seu processamento. Uma parte importante da receita de empresas como Facebook e Alphabet (dona do Google) provém de publicidade direcionada – empresas compram cotas para fazer propaganda personalizada e direcionada a grupos muito específicos e segmentados, o que é possível porque essas duas grandes empresas têm uma quantidade enormes de dados pessoais de seus usuários (idade, gênero, geolocalização, preferências

políticas e culturais, hábitos de consumo, etc.). Por isso, sobre a internet, costuma-se dizer que quando um serviço corporativo é gratuito, o produto é você.

Datificação é o nome dado ao processo de acumulação de dados como capital. É um impulso para registrar, armazenar e processar dados sobre toda a vida no planeta, pautado por uma lógica extrativista e de controle, viabilizado por condições estruturais, técnicas e políticas conformadas no neoliberalismo financeirizado. Uma convergência tecnológica com centralidade nos dados e na capacidade de transformar cada vez mais o que é vivo em digital (nossos dados pessoais, genéticos, a biodiversidade, etc.), capaz de manipular a vida em escalas extremas.[1] Esse processo, portanto, não está restrito a empresas de internet: cada vez mais há setores orientados por dados e acúmulo de riqueza e poder com a extração e processamento de dados, como os setores da saúde, comércio, agronegócio, transporte e seguros.

Os dados não estão por aí, disponíveis para ser coletados. São produzidos pela nossa vida cotidiana, nossas relações, interações, percursos, compras, pesquisas, etc. A datificação é um processo de **extração** de dados das mais variadas fontes. Para que seja realizado massivamente, as empresas impulsionam um processo ativo de geração de novos dados. Entre as fontes utilizadas para a extração de dados estão os registros de todas as transações financeiras (pagamentos, aplicações) e os dados produzidos por sensores espalhados nos mais diversos lugares e aparelhos – que levam o adjetivo "inteligente" em seu nome. A chamada "internet das coisas" se trata disso: aparelhos "inteligentes", o telefone (*smartphone*) e a geladeira conectados entre si e também à internet. Os dados produzidos, extraídos e processados,

1 Leia o texto *Impactos da era digital: a inteligência artificial não tem subjuntivo*, de Silvia Ribeiro, que faz parte desta publicação.

vão compor perfis de consumo e comportamento. É evidente que a utilização de muitos desses aparelhos "inteligentes" tem a ver com a renda e está muito mais disseminada no cotidiano de habitantes dos países ricos do que no sul global. Mas, por aqui, também chegam por diferentes caminhos, inclusive nos projetos de "cidades inteligentes". Câmaras de vídeo instaladas nas ruas, sensores no transporte público, registro biométrico e fotografias na entrada de edifícios residenciais, comerciais e públicos – e até em sindicatos e organizações – em nome da segurança. São uma importante fonte de dados, geralmente controlada por empresas privadas. Assim também são os bancos de dados públicos e corporativos que geram informações vinculadas aos nossos dados pessoais, como o CPF (Cadastro de Pessoa Física). O CPF, por exemplo, é utilizado no bilhete único e também em compras pela internet. Esse é um dos motivos pelo qual grandes empresas transnacionais têm interesse na privatização das empresas públicas responsáveis por essas informações.

No neoliberalismo, a legitimação de necessidades subjetivas socialmente construídas e a esfera individual em rede são processos que aceleram a penetração da internet em todas as dimensões da vida (Zuboff, 2018). Nosso cotidiano passa a ser uma fonte fundamental da datificação.

As empresas donas das plataformas e aplicativos passam a ter acesso e, mais que isso, propriedade dos dados extraídos da nossa vida. Quando aceitamos as políticas de privacidade das empresas, delegamos a elas a gestão das nossas informações – com quem falamos, o que pesquisamos, o que jogamos, quanto tempo ficamos em cada site, entre tantas outras informações que, na maioria das vezes, nem sabemos que estão sendo extraídas. Acontece isso quando, por exemplo, conversamos com alguém perto do celular, sobre nossas férias e, de repente, ao entrar no Facebook, vemos a propaganda de uma empresa aérea que vende passagens para a

cidade que mencionamos na conversa. Um exercício que pode ser feito é pesquisar, junto com outra pessoa, algo no Google, cada um de seu computador ou telefone celular. O resultado da pesquisa será diferente para cada pessoa, porque o Google funciona traçando perfis de usuário, exibindo resultados que são "personalizados", incentivando tendências, visões e comportamentos. Todos os nossos rastros digitais são utilizados, mesmo aquilo que escrevemos e apagamos, para decidir o que mostrar em uma busca no Google, ou para definir se uma pessoa terá acesso a crédito ou a cobertura do seguro saúde, ou mesmo para, matematicamente, definir o match num aplicativo de relacionamento.

Isso tudo se apresenta como algo que "facilita" a nossa vida, que supera outras formas de ser e estar no mundo e que aparenta ser inevitável. A datificação vai se impondo como a regra, se apresentando como natural, como se, de fato, toda a complexidade dos seres humanos, das relações humanas e da natureza pudesse ser reduzida a fórmulas matemáticas e dados processados por algoritmos.

E os algoritmos?

Os algoritmos estão presentes em softwares de computadores, aplicativos, sites da internet e redes sociais. São a base para seu funcionamento. Os algoritmos funcionam a partir de uma sequência definida de instruções programadas, encadeadas logicamente em um passo a passo que deve ser seguido para executar tarefas. A partir de informações de entrada, seguem as instruções e apresentam resultados determinados.

Os sistemas algorítmicos que estão por trás de redes sociais como o Instagram (do Facebook) e sites como o Youtube (do Google) servem a um enorme mercado de compra e venda de dados pessoais que, para que sejam lucrativos, exigem que as pessoas fiquem cada

vez mais tempo conectadas.

> Os sistemas algorítmicos filtram e classificam as palavras-chave das mensagens, detectam sentimentos, buscam afetar decisivamente os perfis e, por isso, organizam a visualização nos seus espaços para que seus usuários se sintam bem, confortáveis e acessíveis aos anúncios que buscarão estimulá-los a adquirir um produto ou um serviço. (Silveira, 2019, p. 21)

A datificação é, portanto, esse processo de extração massiva e processamento de dados do cotidiano, operado por algoritmos que, cada vez mais, ampliam a capacidade de predição e interferência nos comportamentos e de expropriação das nossas subjetividades e da nossa capacidade de autodeterminação.

Cada vez mais, os algoritmos são programados para "aprender" com seu próprio funcionamento. O chamado "aprendizado de máquina" (*machine learning*) se alimenta da imensa quantidade de informações que criamos e compartilhamos na internet e, em cidades vigiadas, também da ação no mundo real. Quando alguém posta uma foto no Facebook e recebe a sugestão de etiquetar uma pessoa que está na rede, se o algoritmo indica a pessoa correta, basta um clique para confirmar o acerto – o mesmo vale para o erro. Ou seja, estamos "ajudando" o algoritmo a relacionar os rostos que aparecem nas fotos às pessoas que são parte de seu gigantesco banco de dados. A chamada "inteligência artificial" não existe e aprende independentemente de quem a programou (Birhane, 2020).

Os algoritmos não são neutros, da mesma forma como nenhuma tecnologia é. Os algoritmos são programados, construídos por pessoas reais, imersos em relações sociais: são opiniões incorporadas em códigos (O'Neil, 2018). Assim, as tecnologias digitais corporativas, desenvolvidas e operadas por empresas transnacionais, não só reproduzem o racismo e o machismo da

sociedade capitalista como participam ativamente dessa construção: desenham um mundo a serviço de seus interesses. Retomamos as perguntas básicas dos movimentos sociais em resistência a megaprojetos: "para que e para quem?" e também "a partir de onde", "contra quem?". São essas questões que nos orientam, por exemplo, na crítica a uma visão de "progresso", "desenvolvimento" ou "civilização" que impõem modos de pensar e agir, enquanto aprofundam os mecanismos de dominação, opressão e exploração das relações sociais.

Há muitas ativistas e pesquisadoras que questionam a ideia de que os algoritmos de inteligência artificial seriam exatos, comprovando isso a partir de resultados errados, enviesados e abusivos. Joy Buolamwini, uma pesquisadora que integra o projeto "Gender Shades", estudou os *softwares* de reconhecimento facial das maiores empresas do ramo e comprovou que a taxa de erro é superior no caso de mulheres negras.[2] Não se trata de um erro em um teste "ingênuo" nas redes sociais para descobrir com qual atriz alguém se parece, mas erros sistemáticos em ferramentas que já estão sendo utilizadas por alguns Estados em parceria com empresas em áreas como a da segurança pública. Isso resulta na promoção, produção e reforço de políticas de criminalização e encarceramento massivo, principalmente da população negra, em que o "erro" do algoritmo pode ter como resultado assassinatos cometidos por forças policiais que já são racistas. Pesquisas como essa demonstram que a forma de encarar e implementar a automação e a inteligência artificial com total confiança nas corporações e nos algoritmos já apresenta consequências bastante nefastas, especialmente para a população negra, latina e não branca. É o caso das políticas de controle

2 Projeto Gender Shades, disponível em: www.youtube.com/watch?v=TWWsW1w-BVo.

migratório e des *softwares* de concessão de empréstimos bancários ou de recrutamento de emprego.

Essas tecnologias são vendidas como garantia de segurança e confiança, enquanto expandem o controle e a vigilância para todas as esferas da nossa vida. Mas como é possível confiar em tecnologias que controlam a vida, os corpos, o trabalho, os territórios e as relações? Como confiar em tecnologias proprietárias, as quais só as empresas têm acesso ao funcionamento?

De acordo com o discurso construído pelas empresas, é com um clique que as pessoas aceitam os termos e condições para usar determinado aplicativo consentindo com esse processo de expropriação e apropriação privada e de mercantilização dos dados pessoais ao delegar para as empresas propriedade e poder de gestão sobre sua privacidade.[3] O feminismo tem muito a ensinar sobre o que significa consentimento em sociedades e relações coercitivas. As pessoas têm condições de efetivamente decidir e consentir sobre tecnologias e algoritmos que não apresentam nenhuma transparência sobre como operam? Nos termos do mercado, as empresas defendem com unhas e dentes a opacidade dos seus algoritmos como segredo industrial fundamental para seus negócios, na forma de propriedade intelectual registrada em patentes (O'Neil, 2018). A propriedade privada, ao fim e ao cabo, segue sendo central para a acumulação capitalista.

Sérgio Amadeu da Silveira (2019) mostra como a análise do texto das patentes ajuda a compreender a dinâmica e o funcionamento dos softwares e algoritmos proprietários que são ocultados dos usuários. É possível ver, por exemplo, como um jogo como o *Pokemon Go* constrói, na realidade, um sistema de geolocalização

3 Shoshana Zuboff (2018) analisa que a privacidade não deixa de existir, mas é redistribuída: passa das pessoas para as empresas. A autora relaciona o debate em torno do direito à privacidade com a questão da propriedade, ou seja, quem tem a propriedade dos meios de extrair, analisar, prever e prescrever comportamentos.

e mapeamento a partir da contribuição/trabalho gratuito de quem "caça o pokémon" nos mais variados lugares e ambientes.

2. Base material do capitalismo digital: território, corpo, trabalho

> Nos enfrentamos a uma forte reestruturação do sistema para manter a ordem de opressão e exploração que evidencia e amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem e que podemos sintetizar em quatro processos: a) o acaparamento da natureza; b) a apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; c) o controle sobre o corpo e a vida das mulheres; d) a militarização, a criminalização e a violência. Esses processos são reforçados pela despolitização e o controle da informação. (MMM, 2015, p.25)

Nos referenciamos nessa visão da Marcha Mundial das Mulheres para compreender que, quando falamos de capitalismo digital, não estamos falando de um capitalismo "novo". O objetivo do poder corporativo de transformar tudo em dados, buscar e construir novas fontes de dados tem a ver com a necessidade enfrentada pelo capitalismo em suas crises de acumulação em buscar novas fontes de valor e destino de consumo, de modo que a dataficação recupera dinâmicas imperialistas de acumulação (Sadowski, 2019). A análise de Abeba Birhane (2020) sobre a colonização algorítmica da África, capitaneada pelo poder corporativo, suas tecnologias e sua ideologia, de que são eles que detêm as soluções para os problemas do continente, é extremamente útil para compreender as mudanças e continuidades deste momento em que vivemos. A atualização dos mecanismos de acumulação sobre os corpos, o trabalho e os territórios no capitalismo digital se sustenta, inclusive, em relações de exploração e extrativismo nada novas nem recentes.

Natureza e territórios

Destrinchando as cadeias globais de produção do "digital", se evidenciam as dinâmicas neocolonialistas do poder corporativo.[4] As tecnologias digitais se sustentam nos territórios e seguem a lógica de despossessão e acaparamento da natureza. Obsolescência programada, extrativismo na África e na América Latina de minérios eletrocondutores usados em baterias e um custo energético crescente: a datificação segue acelerando a destruição da natureza e o acaparamento de territórios em um planeta finito. O que chamam de "nuvem" significa, na verdade, um lugar concreto, na terra, onde os dados chegam por meio de cabos submarinos até os servidores que os armazenam e processam, por exemplo, a cada vez que enviamos um e-mail.

À medida que os modelos de inteligência artificial, que precisam de bases de dados enormes, avançam, aumentam exponencialmente o consumo energético e a emissão de carbono. Só o treinamento de um modelo como o de redes neurais emite cinco vezes mais dióxido de carbono do que toda a vida útil de um carro nos Estados Unidos.[5] Mas os custos ambientais e energéticos da datificação são ocultados por grandes empresas, como a Amazon, ou incorporados em iniciativas de compensação (economia verde) por outras, como a Microsoft. Fato é que, para que a datificação seja possível, há o ocultamento de um enorme custo ambiental.

4 *Crítica feminista ao poder corporativo: a digitalização*, disponível em: www.youtube.com/watch?v=woY0m3SK79E.

5 Karen Hao. We read the paper that forced Timnit Gebru out of Google. Here's what it says. MIT Review. 4 dez. 2020. Disponível em: www.technologyreview.com/2020/12/04/1013294/google-ai-ethics-research-paper-forced-out-timnit-gebru.

Trabalhos

É preciso olhar para o trabalho como a base material da digitalização.

O trabalho humano envolvido na produção dos aparatos tecnológicos é delineado pela divisão internacional, sexual e racista do trabalho. O trabalho é explorado nas minas (mal remunerado, forçado, em contexto de conflito), nas fundições e refinarias, na fabricação de componentes e nas montadoras. A depender da fase do processo produtivo, as fábricas de smartphones concentram mais mulheres, que realizam um trabalho minucioso e super controlado, ou mais homens, que trabalham em um ritmo frenético (Tricontinental, 2019).

O trabalho é precarizado quando os e as trabalhadoras realizam jornadas extensas, trabalham sob demanda, assumem todos os riscos nas empresas-plataformas de serviços – a conhecida uberização e, de forma mais ampla, plataformização do trabalho. Assim como também é explorado e altamente precário o "microtrabalho" distribuído que viabiliza a inteligência artificial (Fernandes, 2020). Essa perspectiva mais ampla – da plataformização do trabalho – permite incorporar no debate uma multiplicidade de trabalhadoras e trabalhadores e compreender, inclusive, as dinâmicas de divisão sexual e racial do trabalho – que concentra trabalhadoras em tipos de trabalho invisibilizados, também porque realizados nos âmbitos domésticos (faxina, cuidado), mediados por empresas-plataforma.

O trabalho, para além do que é remunerado ou do emprego, ocupa lugar destacado para o capitalismo digital, já que, por exemplo, o trabalho doméstico e de cuidados produz e sustenta a vida em comum, sem a qual não há dados a serem extraídos. Nesse sentido, há uma série de debates sobre se o que todas as pessoas fazem ao "produzir dados como capital", a partir da vida em uma

sociedade conectada, deve ou não ser considerado trabalho.

As condições do trabalho digital precarizado parecem seguir características exigidas de quem realiza o trabalho doméstico e de cuidado: disponibilidade permanente para o trabalho e sobreposição de atividades e tarefas. Isso se dá, por exemplo, no trabalho remoto, com as ferramentas de gestão de produtividade, com a invasão da vida pessoal pelo trabalho.

Assim, quando olhamos para os trabalhos a partir de diferentes ângulos, podemos nos contrapor ao discurso reducionista de "fim do trabalho" ao iluminar a generalização da precariedade e a exploração que seguem sustentando o capitalismo digital. Depois de décadas de neoliberalismo, são cada vez mais necessárias lutas em torno do trabalho, dos direitos e da renda que tenham como referência essa multiplicidade de condições. E essa perspectiva ampliada exige articulação de diferentes sujeitos, como o movimento sindical e de mulheres, trabalhadores precarizados, cooperativas, etc.

Corpo

Os corpos das mulheres são invadidos nesse processo de extração de dados como capital. Uma diversidade de aplicativos são usados para ampliar o controle sobre o corpo e a sexualidade, reforçando a alienação e o desconhecimento dos processos do corpo e aprofundando visões há tempos questionadas pelo feminismo. Por exemplo, no uso de aplicativos que "acompanham" o ciclo menstrual, as mulheres – especialmente usuárias jovens desses apps – registram diariamente informações sobre como se sentem. E recebem justificativas biologizantes que relacionam sensações e comportamentos ao período do ciclo, e que permanecem naturalizadas, sem debate. Existem evidências de que aplicativos como esse são financiados por grupos antiaborto.

O avanço da digitalização do nosso corpo está muito relacionado com as transnacionais farmacêuticas, um setor que faz negócio com o adoecimento mental[6] e que, além de operar na escala de muitos zettabytes, também atua na ofensiva contra a saúde pública. Mesmo que, às vezes, possa parecer que as fronteiras entre o público e o privado desapareceram ou não existem mais, se olhamos para a experiência das mulheres na digitalização, vemos que elas são efetivamente atualizadas (Moreno; Nobre, 2020).

3. Trilhas de resistência e alternativas

Compreender para transformar é, necessariamente, um processo coletivo. Essa discussão sobre capitalismo digital foi colocada em pauta nos debates da Marcha Mundial das Mulheres, buscando contribuir na construção de nossas agendas políticas, de resistência e também de construção de alternativas.

Agendas políticas em defesa da democracia

O contexto em que realizamos essa tarefa é de hegemonia da extrema direita, ataques à democracia e autoritarismo de mercado. E isso tem tudo a ver com a estratégia do poder corporativo em seu impulso de datificação.

A lógica de empresas como Google é avançar sobre os territórios desprotegidos até encontrar alguma resistência. Os países do sul são os que têm menos regulações sobre esse setor da economia

6 Durante a pandemia, o *download* de aplicativos relacionados a ansiedade e saúde mental, muitos financiados por empresas de tecnologia, tiveram um crescimento expressivo. Para uma análise desse processo, ver MediaLab UFRJ (2020): *Tudo por Conta Própria: aplicativos de autocuidado psicológico e emocional.* Disponível em: www.lavits.org/saude-mental-em-tempos-de-neoliberalismo-trabalho-do-medialab-ufrj-analisa-aplicativos-de-autocuidado-psicologico-e-emocional/?lang=pt.

dos dados. As empresas avançam implementando suas tecnologias e modos de controle, envolvendo pessoas, serviços e governos em suas plataformas. Uma vez que são implementadas, é muito difícil voltar atrás e, até mesmo, mudar alguma coisa. Durante a pandemia da covid-19, pudemos ver essa dinâmica se acelerar em diferentes esferas da vida (trabalho, saúde, pagamentos, alimentação, análise de crédito).

Além disso, no Brasil, o governo de Jair Bolsonaro, com sua política de submissão aos Estados Unidos, abre caminho para que as empresas privadas – com sede nos Estados Unidos – se apropriem dos dados da população brasileira em diversas áreas. Da mesma forma, isso se dá em diversos municípios e estados do país.

A educação é exemplar nesse processo. Google e Microsoft são duas das empresas cada vez mais presentes nas infraestruturas da educação brasileira. Mapeamentos realizados pelo projeto educação vigiada[7] mostraram que os dados de 65% das universidades públicas e secretarias de educação estão em servidores dessas grandes empresas, e que as parcerias público-privada se expandem também para a rede municipal de educação, já que um terço dessas instituições está nessa situação. O SISU, sistema utilizado para ingresso nas universidades públicas, está hospedado na "nuvem" da Microsoft. Isso abrange, portanto, os dados de crianças e adolescentes, de pesquisadores/as, estudantes, servidores/as, redes de pesquisa, etc.

A narrativa neoliberal é que essas empresas têm mais condições técnicas para oferecer os serviços com eficiência, o que é totalmente condizente com o desmonte das capacidades e possibilidades de a atuação do Estado se dirigir aos interesses da população. As duas principais empresas públicas de tecnologia que processam dados da população brasileira – DataPrev e Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) – estão na lista do programa de

7 Educação vigiada. Disponível em: www.educacaovigiada.org.br.

privatização do governo. Benefícios previdenciários, imposto de renda, dados de nota fiscal (MEIs e também grandes empresas), execução orçamentária e repasse a estados e municípios, são esses alguns dos dados processados por essas empresas. Até a OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), que não tem nada de contra-hegemônica (muito pelo contrário), revela preocupações com a proposta de privatização dessas empresas, por colocar em risco a proteção dos dados pessoais de toda a população e do Estado brasileiro.[8] Mesmo que o processo de privatização em si ainda não tenha acontecido (a previsão do governo é realizá-lo em 2021), a estratégia de desmontar a capacidade de desenvolvimento tecnológico autônomo e soberano já está em curso. No caso do Serpro, uma resolução fez com que, no início de 2020, a empresa abandonasse a política de uso e desenvolvimento de *softwares* livres, passando a adotar *softwares* proprietários. Em seguida, foi realizada uma parceria com o serviço de "nuvem" da Amazon.

Como são usados os dados dos aplicativos e sites de serviços públicos e sistemas de saúde, em parcerias público-privada? São questões que têm a ver diretamente com a opacidade e falta de transparência de grandes empresas e governos, com a nossa soberania e, portanto, tem a ver com a política da tecnologia e com a luta política. Quando os códigos dos algoritmos são proprietários, fechados, eles não podem ser auditados. Assim, não sabemos quais são os termos e definições dos algoritmos que vão organizar a nossa vida e a política pública, que podem significar mais controle e violência contra a maioria da população.

Por isso, nossa trajetória de luta para radicalizar a democracia

8 Caminhos da era digital no Brasil, relatório da OCDE publicado em out. 2020. Disponível em: www.oecd.org/digital/a-caminho-da-era-digital-no-brasil-45a84b29-pt.htm.

e por participação popular precisa ser ampliada para integrar essa agenda, já que "uma sociedade democrática exige algoritmos abertos" (Silveira, 2017, p.61). No mesmo sentido, essa agenda está vinculada à nossa defesa ampla dos serviços públicos.

Alternativas e disputa da tecnologia: a partir dos povos

A definição do que é tecnologia é parte da disputa, inclusive porque conhecimentos e tecnologias produzidos em contextos diversos, por outros sujeitos, a partir de outras relações, são negados. Formas de pensar, fazer e compartilhar tecnologias fazem parte das trajetórias de diferentes povos e comunidades, como é o caso dos saberes etnomatemáticos das mulheres negras ao fazer tranças, conforme recupera Luana dos Santos (2017), ou dos conhecimentos das agricultoras agroecológicas.

Reconhecer outras referências na produção de tecnologia contribui para enfrentar os determinismos tecnológicos, o "não tem outro jeito" que, de diferentes maneiras, vai incorporando mais e mais pessoas, processos e relações na lógica das tecnologias proprietárias e corporativas. Isso vale para as tecnologias digitais, mas não apenas. Assim, uma pista que nos parece importante é não isolar o debate das tecnologias digitais de outras disputas tecnológicas, e fazê-lo de forma integrada à nossa crítica antissistêmica. E também construir alternativas enquanto resistimos e confrontamos o capitalismo digital.

Isso passa por questionar a ideologia da universalidade, que é homogeneizadora e naturaliza a dataficação como algo inevitável. Essa ideologia é um obstáculo para a construção de alternativas tecnológicas. Afirmar e promover a diversidade de experiências, reconhecimento de necessidades e conhecimentos situados pode ser uma estratégia para essa disputa, questionando a imposição de (falsas) soluções que homogenizam os problemas, impondo formas

de resolvê-los que geram novos problemas, além de submeter mais comunidades e territórios à lógica da mercantilização e do controle.

A disputa tecnológica tem a ver com sujeitos coletivos. Tem a ver com a nossa capacidade de dizer "não", questionando as estruturas do modelo, e não apenas seus impactos. De questionar as dependências criadas pela digitalização e reivindicar, inclusive, o direito de comunidades não estarem conectadas a essas infraestruturas de vigilância e controle, na perspectiva da autodeterminação. Como movimentos sociais, temos muita experiência e aprendizado acumulado de que ao dizer "não", abrimos as possibilidades de construir os nossos caminhos e alternativas. E, nesse sentido, a partir de nossos movimentos sociais, populares, feministas, anticapitalistas, precisamos construir e ampliar nossas alianças. Existem muitos coletivos que estão organizando e construindo tecnologias livres e contra-hegemônicas que, mesmo que ainda não representem alternativas globais ao poder corporativo, vão criando as condições para esse enfrentamento – politizando as tecnologias e fazendo com que a decisão política sobre se e como utilizá-las seja (re)apropriada pelas comunidades.

Os coletivos que encontramos nos últimos anos ampliam os horizontes e as possibilidades dessa disputa. Com as ativistas da Actantes, envolvidas/os na organização da Cryptorave, aprendemos sobre os perigos da vigilância massiva, sobre as possibilidades de proteger nossa privacidade e nossas articulações políticas com o uso de criptografia e de aplicativos seguros, como é o caso dos chats do Signal (alternativa ao Whatsapp) e o Duck Duck Go (alternativa a ferramenta de busca do Google). Aprendemos que não se trata de uma escolha individual, a de entregar todos os seus dados para receber uma experiência super personalizada, mas de compreender que as pessoas se tornam o produto (com a venda de seus dados) ao mesmo tempo que são as produtoras de dados como capital.

Nas edições da Cryptorave, colocamos em diálogo agroecologia e criptografia como práticas de resistência, fazendo com que seja possível perceber muitos elementos comuns.

Com algumas companheiras da MariaLab,[9] um espaço *hacker* feminista, foi possível dar sequência no que surgiu desses diálogos, iniciando um processo de instalação de uma rede autônoma de comunicação em um território quilombola, no Vale do Ribeira. Essa construção partiu da recuperação de olhares e memórias das/os quilombolas sobre as formas de comunicação, em diferentes épocas e com diferentes tecnologias. É um processo que permite tirar a discussão sobre a infraestrutura do digital da invisibilidade e colocar em questão quais são as necessidades, deliberando coletivamente sobre elas. Qual é a altura das antenas? Onde serão instaladas? O que é um roteador? Como a manutenção será organizada e por quem? Para quê instalar uma rede desse tipo? Nesse caso, infraestruturas comunitárias de internet são importantes para permanecer no campo (Lobo, 2019). Elas contribuem para viabilizar a comercialização solidária (foi o que possibilitou a continuidade da comercialização e do vínculo com a cidade durante a pandemia), para manter o contato com os filhos em um contexto de crescente migração de jovens, além de ter contribuído para os estudos das jovens quando as aulas presenciais foram suspensas.

Em um contexto de vigilância massiva, no qual comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e camponesas estão sob ataque, muitas vezes sendo os obstáculos vivos ao avanço do capital, construir redes autônomas de comunicação, não necessariamente conectadas à internet, pode ser uma estratégia política de proteção e segurança. Ao mesmo tempo, conhecer as possibilidades de infraestruturas comunitárias de conexão à internet pode contribuir

9 Maria Lab. Disponível em: www.marialab.org.

para a politização das tecnologias digitais, nos territórios e na política pública, disputando inclusive a visão de que a superação da exclusão digital precisa, necessariamente, de infraestruturas corporativas que drenam os recursos públicos, enquanto se apropriam de tudo o que acontece em suas redes.

Conhecemos mais possibilidades de infraestruturas autônomas, comunitárias e seguras ao encontrar os/as companheiras do Código Sur, coletivo latino-americano de tecnologias livres, na convergência de comunicação dos movimentos sociais, em um encontro da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo. Além de viabilizar, com segurança e autonomia, por exemplo, a hospedagem da plataforma de formação virtual "Em tempo de feminismo", o Código Sur realiza um trabalho importante de difusão e formação para o uso do software livre, do qual companheiras da Marcha Mundial das Mulheres da América Latina participam. E isso é fundamental para desnaturalizar o uso dos softwares proprietários e corporativos e demonstrar, na prática, que há excelentes alternativas ao Windows da Microsoft, por exemplo. Nesse sentido, durante a pandemia, a MariaLab desenvolveu uma plataforma livre e segura para comunicação de coletivos e organizações feministas na rede, a Angela.

Nesses processos, a confiança e a segurança – vendidas de forma enganosa pelas corporações, que apelam ao medo e impõem controle – se constroem na medida em que construímos o comum. O *software* livre combate a opacidade das tecnologias e dos algoritmos proprietários, ao mesmo tempo em que é construído com a criação e a ampliação de comunidades ativas – de desenvolvedores/as e usuários/as. A defesa e o uso do *software* livre e a reivindicação de algoritmos com código aberto, como dissemos anteriormente, precisam ser integrados como princípios e estratégias de nossas lutas pela democracia e contra o neoliberalismo.

Enquanto o neoliberalismo e, de forma geral, o capitalismo digital, aposta na fragmentação dos laços sociais e se fortalece na medida em que não há comunicação comunitária direta, estabelecer nossas comunicações diretas, territorializadas e/ou por ferramentas que não empreguem nossos dados como motor de lucro é uma estratégia de resistência e também de alternativa. Quais tecnologias e quais processos de construção de tecnologias existem e/ou precisam ser criados nas lutas contra o poder corporativo? Nesse caminho se encontram iniciativas de plataformas cooperativas e livres de organização do trabalho associado[10] (de entregas, alimentação ou cuidado), que podem fazer frente e organizar o enfrentamento às grandes empresas-plataforma.

Colocar as mulheres como sujeitos do debate tecnológico amplia as possibilidades de pautar questões que, caso contrário, seriam invisibilizadas, como acontece a tudo que se refere à sustentabilidade da vida. A partir daí, podemos ampliar também nosso debate e nossas práticas em luta. Ao nos envolvermos nessa disputa, vamos identificando novas questões e contradições. Por exemplo, se é possível construir alternativas tecnológicas digitais que se contraponham à datificação e respondam a necessidades locais diversas, também é preciso colocar em debate a base material e o consumo energético delas.

Pensar e tecer alianças encontrando termos e pontos comuns entre diferentes sujeitos coletivos que resistem ao capitalismo digital pode ser um caminho para seguir nessa construção. Todo nosso acúmulo nas lutas por soberania popular e soberania alimentar pode contribuir para a potência das lutas por soberania tecnológica e

10 Exemplos em construção de coletivos e cooperativas de entregadores no Brasil podem ser conhecidos em DigiLabour. Disponívem em: www.digilabour.com.br/2020/07/26/coletivos-e-cooperativas-de-entregadores-no-brasil.

algorítmica como aposta política e horizonte de construção: até que todas – nós mulheres, nossos corpos, territórios, povos e tecnologias – sejamos livres.

Referências bibliográficas

BIRHANE, Abeba. Algorithmic Colonization of Africa. *Script*ed, vol. 17, n. 2, ago 2020.

FERNANDES, Marianna. Entre apps e bots: o que está em jogo para as mulheres trabalhadoras na economia digital? In: MORENO, Renata (org.) Crítica feminista ao poder corporativo: textos para a ação. São Paulo: SOF, 2020.

LOBO, Natália. *Relatório da I Oficina de Construção da Rede Comunitária de Comunicação do Quilombo Terra Seca*. Vedetas. Documento interno. Set, 2019.

O'NEIL, Cathy. *Armas de destrucción matemática*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2018.

MORENO, Renata; NOBRE, Miriam; Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação. In: ISLA, Ana et al. Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF, 2020.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. *Big Data & Society* vol. 6, n.1, jan 2019.

SANTOS, Luane. *Na trama das tranças*. Portal Catarinas. 3 de abril de 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais*. São Paulo: Sesc, 2017.
_____ A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *Paulus* vol. 3, n. 5, jan./jul. 2019.

TRICONTINENTAL. *O iPhone e a taxa de exploração*. Caderno nº 2. Instituo Tricontinental de Pesquisa Social, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.) Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

IMPACTOS DA ERA DIGITAL: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NÃO TEM SUBJUNTIVO[1]

Silvia Ribeiro

Para começar, é importante saber do que falamos quando falamos da era digital. A maioria das pessoas pode pensar que estamos falando de celulares e computadores, mas isso era antes, pelo menos dez anos atrás — o que pode ser considerado bastante tempo ou quase nada, dependendo do que se considera como parâmetro. Estamos falando das redes eletrônicas e de comunicação que dependem, entre outras coisas, de computadores e celulares, mas também das plataformas digitais de comércio, que funcionam como enormes nuvens de armazenamento que só podem ser acessadas na medida em que usarmos sistemas de inteligência artificial, por conta da quantidade de dados envolvidos. O cérebro humano é o único que administra uma quantidade de dados em nível de Big Data, mas não é capaz de usar todos esses dados ao mesmo tempo.

O que a era digital nos ofereceu, em quantidades jamais vistas, foram dispositivos de vigilância e controle social. O Grande Irmão da obra *1984*, de George Orwell, é um relato de opressão, uma distopia terrível. Já na primeira página, ficamos angustiadas com essa visão. Para os que leram o romance antes deste ano, a realidade do panóptico de vigilância que temos hoje em dia parece

1 Este texto foi publicado originalmente em setembro de 2020, em espanhol, em "Impactos de la era digital: cadenas de bloques, 5G, Internet de las Cosas", publicação da Rede de Avaliação Social de Tecnologias na América Latina – Rede TECLA (www.redtecla.org). Traduzido por Mauro Ramos.

ser milhares de vezes mais intensa, com a enorme diferença de que 99% de nós entrega seus dados de forma voluntária – e muitos estão felizes porque parece que, finalmente, estamos conectados com o mundo. Nunca antes houve tantas possibilidades de qualquer pessoa dizer o que pensa e comunicar isso a milhões de outras e, ao mesmo tempo, de ser ouvido por quase ninguém, fazendo com que grande parte da comunicação se concretize como um vazio, embora cheio de ruído.

Outra questão são novos dispositivos de governo (já não se fala apenas de comércio, mas de governos digitais), substituindo até as formas mais ou menos autoritárias ou representativas. Isso faz parte da era digital. Em certa medida, o controle social, do qual a China é um exemplo assustador, parece ser a distopia que não imaginamos que pudesse chegar a acontecer, mais parecida com uma ficção científica em que todos os cidadãos são catalogados conforme seu comportamento social, acumulando méritos através de seus celulares e de sua participação nas redes sociais. Além disso, há novas formas de manipulação de seres vivos por meios digitais, inclusive do planeta como um todo.

Mas antes de abordar as tecnologias em si, refletiremos sobre pontos-chave capazes de organizar esse complexo. Um deles é o comportamento do capitalismo de sempre tentar reduzir a realidade a equivalentes passíveis de transação e comercialização. No caso da era digital, trata-se de reduzir tudo — a comunicação, o que é material, o que está vivo e o que não está — a "uns" e "zeros". Digitalizar: é essa a primeira grande tendência. É possível digitalizar tudo, transformar tudo em um conteúdo reduzido a uns e zeros?

A segunda grande tendência consiste na "plataformização" de todas essas informações e na consequente substituição de funções fundamentais dos Estados e instituições por plataformas.

Há quarenta anos, o grupo ETC se dedica a pesquisar as

tecnologias (elas são o "T" presente em nossa sigla), quem as possui (o "C", de concentração corporativa) e o que produzem ("E", de erosão). Em 2000, falávamos do fenômeno apelidado de BANG em referência à convergência de bits, átomos, neurônios e genes. Agora falamos de DAMP (digitalização, automatização, manipulação molecular e manipulação planetária), uma versão mais ampla da mesma convergência. Para acompanhar os desenvolvimentos sobre tecnologias digitais, é preciso entender a que abstração a Big Data se refere. Nós tentamos traduzir o termo como "dados massivos", mas talvez existam outras propostas de nomenclatura, já que não se trata apenas do armazenamento de dados, mas também de seu gerenciamento, interpretação e uso. Vamos contribuir não utilizando o nome em inglês. Temos o mesmo problema com os termos blockchain e fintech, que por enquanto só são usados e entendidos em inglês. Big Data não se trata apenas de um monte de dados, mas do sentido atribuído a esses dados acumulados. Essa é uma das principais ferramentas da digitalização global.

Outras ferramentas são a inteligência artificial e a aprendizagem automática entre máquinas, que, em geral, se baseiam somente no passado. As máquinas aprendem a partir de registros em massa do que já aconteceu, do que já se sabe. O futuro não pode ser incorporado à aprendizagem, nem a um sistema de "estupidez artificial", porque o futuro só existe no diálogo da comunidade. É importante entender que todos os sistemas de inteligência artificial são estáticos no tempo e se baseiam no registro da realidade plena das injustiças e de todo tipo de discriminação, como de gênero ou econômica. É a partir disso que os algoritmos dos sistemas de inteligência artificial são construídos. São repetição e interpretação baseadas em padrões passados e apresentadas como aprendizado, mas a verdade é que a inteligência artificial nunca poderá conjugar o subjuntivo. O subjuntivo é um tempo verbal que só existe nos

idiomas latinos e se relaciona com imaginar como poderia ser o futuro. A inteligência artificial não possui subjuntivo, é incapaz de imaginar uma realidade que ainda não existiu.

Esse tipo de tecnologia também abrange as plataformas eletrônicas, o blockchain, o comércio algorítmico. Atualmente são os computadores que discutem entre si e trocam ações em um ritmo inacreditavelmente rápido. A Internet das Coisas e a Internet dos Corpos também estabelecem relações entre "partes" que eliminam "intermediários humanos". A geladeira avisa o supermercado que falta leite; ou minha pulseira inteligente avisa o médico que devo aumentar a dose do meu medicamento para hipertensão. Muitas dessas empresas tecnológicas têm como objetivo destruir a pouca comunicação que resta entre os seres humanos. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando alguém liga para um serviço de emergência, é muitas vezes atendida por um robô. Até que o robô fale "bom, isso eu terei que encaminhar para alguém", ela pensa que está falando com outra pessoa.

Existe também a síntese orgânica assistida por computadores (CAOS – *Computer Aided Organic Synthesis*, na sigla em inglês), que produz transgênicos, biotecnologia por computador, biologia sintética, fábricas de células. Vocês podem pensar que os transgênicos continuam sendo feitos por pessoas com jalecos e tubos de ensaio em laboratórios, mas saibam que agora, em muitos casos, eles são produzidos nas chamadas máquinas inteligentes, em que os dados genômicos de milhares de espécies — trilhões ou quintilhões de genes, com suas variações genéticas — são combinados de diferentes formas e com diferentes reagentes em busca de reações e princípios ativos de interesse comercial.

Um dos desenvolvimentos realmente terríveis dessas novas formas de biotecnologia é a tecnologia chamada *gene drive* — genética dirigida com condutores genéticos —, que cria

transgênicos alterando leis de herança genética das espécies. Quando uma planta transgênica ou mutante é cruzada com outras silvestres ou naturais, são essas últimas que prevalecem a cada geração (se a maioria for natural). A tendência é o desaparecimento das variantes mutantes quando a herança de cada progenitor é transmitida em partes iguais. Hoje em dia, é isso que acontece com os transgênicos. Mas os condutores genéticos reproduzem a manipulação genética a cada cruzamento, eliminando o gene correspondente do outro progenitor, de forma que o gene transgênico seja 100% dominante, o que resulta, em quatro ou cinco gerações, que todos os organismos dessa população sejam transgênicos. Os criadores dessa aberração biotecnológica a chamam de "reação mutagênica em cadeia" ou "engenharia de ecossistemas". É possível manipular toda uma espécie e, por exemplo, levá-la à extinção produzindo apenas machos. Portanto, do ponto de vista da comunicação, é muito impactante que pensem serem capazes não apenas de modificar todo um ecossistema ao extinguir espécies, mas que ainda o façam encontrando uma forma de eliminar as fêmeas para sempre. É muito impactante, tanto pelos riscos envolvidos, quanto do ponto de vista simbólico.

Os processos digitalizados invadiram boa parte da engenharia molecular, da biotecnologia, da criação de novos materiais a partir de nanotecnologia, dos nanoalimentos, das técnicas de modificação do paladar e do olfato, produzindo não apenas impressões 3D, mas sensações olfativas e gustativas — ou seja, ampliando a virtualidade para cada vez mais campos.

Outro aspecto da era digital refere-se ao conjunto de inovações tecnológicas para a automação, robótica e detecção, a chamada "agricultura de precisão". Todas as indústrias se tornaram digitais em maior ou menor grau, mas a agricultura quase não tinha integrado a digitalização. A poeira inteligente, como são chamados esses

sensores inventados pelo exército, servem de base para aplicar na natureza sensores que permitem a comunicação digital e o retorno de informações do campo para uma ação concreta. São drones, veículos não tripulados, tratores, carros. Os robôs, presentes na indústria há muito tempo, agora estão sendo equipados com formas digitais. Em termos de uso bélico, as consequências são terríveis (robôs de guerra assassinos, por exemplo), e em termos de trabalho também, com os impactos gerados pelo desemprego. São novas gerações de sensores e de câmeras inteligentes, cada vez mais interconectadas e conectadas a diferentes bases de dados, utilizando inteligência artificial e outras ferramentas da era digital.

O que tudo isso tem em comum? Primeiro, a **convergência**: há uma convergência de tecnologias daquilo que é vivo, do material, do físico, do digital, da computação. Outra característica de todas essas novas tecnologias é possuírem uma **base de dados quase imensurável** e, portanto, as empresas capazes de acumular e manipular esses dados passam a cumprir um papel fundamental em todos os setores. Por exemplo, a Microsoft atualmente está entre as empresas que mais avançam no setor agrícola.

Da mesma forma, há uma enorme **ausência de supervisão independente e regulação.** Uma exceção é a biotecnologia, mas mesmo ela está regulamentada de forma muito limitada. Em geral, não há regulamentação sobre quem pode criar uma plataforma, quem pode usar uma tecnologia computacional, ou para quê ela é usada; as plataformas digitais não são regulamentadas, incluindo o Facebook e o que ele faz com nossos dados. Há um vácuo enorme em termos de regulamentação e, além disso, não há nenhuma supervisão. É como se os grandes atores econômicos tivessem conseguido contornar até as mínimas regulamentações existentes — ou seja, é uma visão muito reformista e globalmente injusta, visto que até o comércio era regulado, de certa forma, pela Organização Mundial do Comércio.

As plataformas digitais não são controladas por basicamente ninguém além de si mesmas e ainda produzem, o tempo todo, conteúdo sobre como deveriam ser regulamentadas ou não. Existem apenas algumas normas bastante limitadas sobre o acesso a dados na Europa, mas não é realmente um controle do poder exercido pelas grandes plataformas digitais. Esses desenvolvimentos são complexos de acompanhar para todos nós, já que a maioria não os compreende em profundidade. Mesmo quando somos supostamente consultados pelas empresas para, por exemplo, atualizar o sistema operacional ou aplicativos de celulares ou computadores, ninguém lê tudo o que está escrito, nem diz "não", porque não atualizar significa ficar de fora do sistema. E, como sabemos, o novo ostracismo é ficar de fora do sistema digital.

Quem controla a "era digital" são os grandes monopólios. A indústria digital já começa marcada pelo monopólio. A Microsoft teve o monopólio dos sistemas operacionais (mais de 90%) durante muito tempo, sendo o maior monopólio industrial existente. De acordo com um relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), atualmente existem sete grandes plataformas que possuem 90% do mercado global e representam o novo oligopólio que está presente em tudo: Microsoft, Apple, Amazon, Alphabet (Google), Facebook, Alibaba e Tencent. O Google possui 90% das buscas. O Facebook tem dois terços das redes sociais. A Amazon já superou a Walmart como a maior empresa de vendas de varejo no mundo — e, para avaliarmos os impactos no trabalho, a Walmart, maior empregadora do comércio no mundo, tinha 2,2 milhões de empregados em 2018, enquanto a Amazon tinha 647 mil.

As empresas da China e dos Estados Unidos dominam toda a transformação digital — os EUA representam o dobro em relação à China, mas a China avança de forma acelerada. Estamos falando dos

donos das redes, não de quem as utiliza, que são coisas diferentes. Juntos, os dois países possuem 75% das patentes relacionadas a *blockchain* — o que é muito curioso, porque o *blockchain* surge como algo que pertence a todos. Possuem mais de 50% do gasto e investimento na Internet das Coisas; mais de 75% da computação em nuvem; e mais de 90% da capitalização de mercado das maiores plataformas digitais.

A questão do armazenamento de dados é fundamental. Há uma tendência em crer que o digital é etéreo, o que é uma grande confusão. O armazenamento de dados causa enormes impactos na materialidade, na saúde e no ambiente, já que necessitam de estruturas físicas de alta demanda. Há no mundo, atualmente, 33 zettabytes de armazenamento (1 milhão de bytes são 1 megabyte, multiplicado por mil = 1 gigabyte, multiplicado por mil = 1 terabyte, multiplicado por mil = 1 petabyte, multiplicado por mil = 1 exabyte, multiplicado por mil = 1 zettabyte). Estima-se que até 2025 haverá 163 zettabytes. É como se cada habitante do planeta possuísse dois discos rígidos de 100 terabytes. Isso significa uma demanda enorme de determinados materiais para sustentar a indústria da computação e do armazenamento. As chamadas terras raras, como o lítio, estão entre as mais procuradas. Essa demanda certamente faz parte do contexto do golpe de Estado na Bolívia em 2019.

Além dos materiais, há também uma gigantesca demanda por energia, o que acarreta em uma grande pegada climática. A demanda por energia é um dos pontos menos mencionados da digitalidade; no entanto estima-se que, em 2025, 20% da eletricidade produzida em nível global será consumida por ela, e que ela produzirá, no mínimo, 5% dos gases de efeito estufa. Essa percentagem depende de como a eletricidade será produzida. As sete plataformas mencionadas, por exemplo, estão muito preocupadas em usar energia eólica e solar, ou em produzir "compensações" por meio de mercados de carbono e

técnicas de geoengenharia, que formam outro tópico que demanda uma análise. A Amazon ainda trabalha fundamentalmente com combustíveis fósseis e é uma das maiores consumidoras de energia dos Estados Unidos, que, por sua vez, é o maior consumidor de energia por habitante do mundo. Em 2018, a Bitcoin consumiu mais energia que toda a Suíça, e quase a mesma quantidade que a Colômbia ou a Venezuela. Portanto essas plataformas não são, de forma alguma, leves; muito pelo contrário, têm um peso energético grande e uma pegada climática forte. Um exemplo: treinar um único sistema de inteligência artificial para exercer uma determinada função (os sistemas de inteligência artificial não podem atuar em tudo ao mesmo tempo) gera até cinco vezes mais emissões de carbono do que toda a vida útil de um carro estadunidense médio, incluindo sua fabricação.

Benjamin Bratton propõe que é preciso entender as redes de comunicação e informação como a maior infraestrutura global "acidental" já criada — ou seja, ninguém decidiu sobre ela, é uma infraestrutura globalizada que ninguém decidiu como, onde, nem quando. No entanto ouvimos todo o tempo: "é preciso expandir essa infraestrutura para que todos tenham acesso, é um direito, está relacionado à democracia da comunicação". Isso é algo sobre o que nunca decidimos, nem sabemos que impacto pode ter, e agora nos dizem que não deve apenas ser expandida, como ainda deve ser vista como um direito, como se fosse algo que todos estivessem pedindo.

Tudo isso gera uma demanda enorme de energia, água, refrigeração e de determinados recursos como coltan, lítio, terras raras, que produzem uma enorme contaminação por químicos tóxicos. Essa devastação ambiental da digitalização soma-se aos outros aspectos mencionados, como novos transgênicos, impactos e erosão da biodiversidade, eliminação de espécies, engenharia de ecossistemas, controle territorial que invade comunidades, entre outros.

Os impactos sociais são muitos e não estão separados dos econômicos, ambientais e de saúde. Há a questão da vigilância, pois essas redes possuem todos os nossos dados e irão entregá-los aos governos que os solicitarem — principalmente nos Estados Unidos e na China, mas em outros países também. A função dessa vigilância não é apenas repressão, mas também gerar base para novas formas de acumulação de capital a partir de nossos dados e da manipulação de nossas escolhas, tanto de consumo quanto políticas e outras mais.

A questão da classificação social, a partir de listas negativas de conduta ou de crédito social, começa a ser percebida nos sistemas de dados compartilhados, e por isso o panóptico de vigilância e controle é muito forte. A decisão das relações sociais é entregue a algoritmos e atores invisíveis que estão completamente fora do conhecimento e, sobretudo, da decisão das pessoas comuns. Assim, o sexismo, o racismo e a discriminação não apenas são enaltecidos, como são propagados, porque as máquinas aprendem entre si e a partir da realidade existente, e o que aprendem são esses parâmetros injustos.

Há um aumento exponencial da manipulação eleitoral, desde o conhecido exemplo da Cambridge Analytica até os sistemas de contabilização de votos, incluindo quem intervém sobre eles e como. É um fenômeno que sequer começamos a investigar e que realmente questiona todo o sistema da democracia representativa — além da ruptura das relações interpessoais, comunitárias, familiares; do impacto nas crianças que nascem em "sociedades anônimas e virtuais", onde se relacionam por avatares em vez de diretamente com seus companheiros, companheiras, famílias ou comunidades.

É importante lembrar que a digitalização não questiona o capitalismo, mas é uma mudança de ferramenta com base na mesma lógica capitalista, repondo muitas formas injustas de produção, distribuição e consumo. Prevê-se um enorme desaparecimento de empregos, e cada vez mais será necessário submeter as massas desocupadas.

Nas plataformas digitais, a evasão de impostos e a falta de controle público são gigantescas. São elas as que pagam menos impostos, mas também são as que possuem a maior capitalização no mundo e estão entre as maiores empresas de todos os setores industriais. Toda essa questão da virtualidade, que dá a impressão que tudo está visível e que qualquer um pode entrar na internet, incluindo e deletando coisas, na verdade é o sistema mais opaco já experienciado na história da comunicação capitalista.

Finalmente, há ainda os impactos da digitalização na saúde. Muitos estão ligados à devastação ambiental, mas também à onipresença da radiação eletromagnética e à radiação das redes 5G — um assunto pendente e de muita gravidade —, à digitalização da atenção médica, às novas psicopatologias provocadas pela passividade, ao bullying, à estigmatização... Trata-se de uma série de impactos que sequer somos capazes prever. Duas pessoas, Elaine Herzberg y Rafaela Vázquez, foram vítimas fatais de carros não tripulados da Uber. Nesses casos, ocorre uma estigmatização das vítimas, que é publicada nas redes, e sobre a qual a Uber tem certamente algum tipo de responsabilidade. Dizem, por exemplo, que essas pessoas estavam distraídas, ou que uma estava bêbada e a outra era muito velha. Nesses casos, qualquer estigmatização social culpa as pessoas que estão quietas, quando na verdade o que ocorre é um erro eletrônico no sensor do carro, que capta uma pessoa e entende se tratar de outra coisa, ou capta um caminhão branco e interpreta como o horizonte, vai em sua direção e acaba matando uma pessoa. Nesses novos acidentes, nem mesmo está previsto de quem é a responsabilidade quando um veículo não tripulado mata uma pessoa. Além de não se responsabilizarem, ainda estigmatizam as vítimas, ao menos nos casos que conhecemos.

FALSAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E CAPTURA CORPORATIVA DA AGRICULTURA E DA NATUREZA

Nátalia Lobo

Antes de nos determos ao novo avanço da tecnologia sobre a agricultura e a natureza, representado pela Agricultura 4.0 – mais tecnificada, digitalizada e financeirizada do que nunca –, é importante termos em mente pelo menos duas coisas. A primeira é que tecnologias são ferramentas que precisam estar assentadas em critérios – éticos, políticos e ecológicos – para servirem ao bem comum. O que define se elas serão usadas ou não e se serão boas ou não, é principalmente quem detêm poder sobre elas. A segunda coisa é que é preciso lembrar que o fetichismo tecnológico ligado à agricultura não é algo novo. Principalmente desde a Revolução Verde, nos anos 1950, a criação de novas tecnologias tem sido colocada pelas corporações como a saída para os grandes problemas ligados ao modelo de agricultura que se desenhava naquele momento, o agronegócio. As críticas direcionadas a esse modelo desde a sua concepção eram sempre rebatidas com o argumento de que as novas tecnologias seriam responsáveis por possibilitar que se acabasse com a fome e se cuidasse da natureza. Ou seja, sob essa lógica, a biotecnologia, as máquinas agrícolas inspiradas em tanques de guerra e os agrotóxicos seriam soluções e não problemas.

Nessa nova fase do agronegócio, as tecnologias possibilitadas pela digitalização são as mais exaltadas pelas corporações, e elas são muitas. Elas podem se inserir em mecanismos de controle sobre os territórios, mexem com questões fundiárias, com a rastreabilidade

e a produção dos alimentos e com a própria forma de fazer agricultura. É nesse sentido que colocamos o avanço da agricultura 4.0 como semelhante à Revolução Verde: por mudar a forma como a agricultura é feita, por quem é feita e sob quais condições.

No Brasil, um dos principais exemplos de como a digitalização tem sido usada para aprofundar desigualdades no campo é a grilagem digital de terras, legitimada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR foi um mecanismo concebido no Código Florestal de 2012 e serviria para, supostamente, regularizar a preservação da natureza nos territórios rurais, se baseando em um sistema de georreferenciamento em que os proprietários de terra deveriam, de forma autodeclaratória, demarcar suas áreas no sistema do governo federal. Na prática, o que se percebe é que o caráter do CAR, autodeclaratório e sem regulação do Estado, tem consolidado um aumento da grilagem digital, uma vez que grandes proprietários de terra declaram áreas preservadas, que não lhe pertencem, como se fossem suas. O CAR não deveria servir como registro de propriedade, mas tem sido usado assim, de forma fraudulenta. Por isso a grilagem digital tem efeitos na vida concreta, servindo para aumentar a especulação imobiliária, justificar processos legais de reintegração de posse e acessar financiamentos públicos e privados em áreas rurais. Outra constante é o cadastro de terras indígenas (TI) no CAR como áreas protegidas de propriedades privadas, vizinhas às TI. Essas áreas possibilitam até que o falso dono faça transações financeiras no mercado de crédito de carbono, tendo a floresta, protegida ao longo de séculos pelos povos, como lastro. Tudo isso acontece em um contexto de aumento de violência contra as comunidades tradicionais junto ao desmonte das políticas, ao passo que a demarcação das terras indígenas retrocede. Enquanto a vida nas comunidades é cada vez mais difícil, os mecanismos de digitalização governamentais são usados para acirrar conflitos e

desigualdades.[1]

O exemplo do CAR escancara como essa política, criada para supostamente atuar na regularização fundiária e na garantia da preservação ambiental, é uma falsa solução. As tendências de aumento de ferramentas de rastreabilidade da produção agrícola vão no mesmo sentido. A possibilidade de acompanhar o caminho da comida desde o plantio até a mesa das pessoas é propagandeada como um certificado de segurança sobre o alimento, como um selo que garante que o processo de produção não envolveu desmatamento, envenenamento ou trabalho escravo, por exemplo. Novamente, é preciso que nos perguntemos sobre a fetichização da tecnologia: é possível realmente acreditar que essa rastreabilidade controlada pelas empresas, baseada em tecnologias que só elas têm acesso, é confiável? Baseando-se nas experiências anteriores, em que o agronegócio trouxe soluções para os problemas ambientais, aprendemos que as tecnologias servem aos interesses daqueles que as controlam.

Desde o movimento agroecológico, da construção social de mercados e da comercialização de comida com base na Economia Solidária, construímos experiências de aproximação entre campo e cidade. Esses processos nos ensinaram que a real confiabilidade sobre a origem da nossa comida vem da relação entre consumidoras e agricultoras: relações de trabalho conjunto, de afeto e de militância. A tendência é que as pessoas da cidade, ao conhecerem as casas, hortas, quintais e roças das agricultoras, minimizem a necessidade de certificações e selos de garantia, porque essas necessidades são substituídas pela confiança. Quando a vida, a agricultura e a economia são organizadas sobre outras bases, a necessidade de

1 *Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros*, Poliana Dallabrida e Sarah Fernandes. Disponível em: www.deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros.

controle sobre as pessoas, o trabalho e a natureza desaparecem. A necessidade, então, não é a de regular e controlar um modelo que tem a destruição como aptidão natural, mas sim a de construir um modelo de agricultura voltado para a vida.

Outras tendências ligadas à Agricultura 4.0 são o aumento de operações no campo controladas apenas por máquinas, a extração massiva de dados do campo e o uso dessas informações para ações no mercado financeiro. Para explicar esse processo, é importante dizer quais inovações esse tipo de agricultura insere no trabalho concreto. Elas se resumem em três grandes grupos.[2]

A primeira grande transformação é a mudança na forma como as máquinas funcionam. Não só as máquinas agrícolas tradicionais, como os tratores, possuem agora recursos digitais e podem ser completamente automatizadas, como outras máquinas são inseridas no campo, como os drones e os vários tipos de sensores. A segunda grande mudança reside nos *softwares* utilizados nas máquinas, que possibilitam o trabalho remoto e a coleta massiva de dados sobre o clima, o solo e o manejo realizado, formando a *Big Data*.[3] Por fim a terceira mudança está na digitalização das operações financeiras, que se baseiam no banco de dados proporcionado pela digitalização do campo para especular mercados futuros, o que transforma a agricultura cada vez mais em uma atividade financeirizada. Esse conjunto de processos está na base daquilo que é divulgado como agricultura de precisão, agricultura climaticamente inteligente e variantes.

Nessa lógica, o controle do processo produtivo é retirado das mãos das agricultoras e agricultores e cada vez mais entregue nas mãos das corporações transnacionais. As dinâmicas da natureza são

2 *Novo assalto tecnológico à agricultura*.
Disponível em: www.redtecla.org/noticias/novo-assalto-tecnologico-agricultura.
3 Consiste no armazenamento de uma imensa quantidade de dados, assim como a capacidade de retirar valor dessas informações em uma velocidade rápida.

simplificadas, e só aquilo que é importante para aumentar a produção da próxima safra é avaliado. Uma agricultura que se baseia apenas nas informações relevantes para a produção de *commodities* é incapaz de cuidar dos processos de regeneração da terra e dos outros seres vivos. É uma racionalidade incompatível com a sustentabilidade da vida e completamente diferente daquela das comunidades tradicionais, como uma agricultora quilombola da Barra do Turvo, por exemplo, que diz sempre plantar "um pouquinho a mais, para os passarinhos".

A fetichização da tecnologia acompanha a ideia de que ela deve ser uma ferramenta usada em todas as situações, inclusive para melhorar a forma de trabalho e vida no campo e para aumentar a produção de alimentos. Esse discurso aparece de forma recorrente quando se fala da necessidade de gerar autonomia para as mulheres rurais, como se a apresentação de um pacote tecnológico a elas fosse a solução para seus problemas. Assim, se desconsideram os conhecimentos e as tecnologias próprias desenvolvidas pelas comunidades, criações próprias que tem um sentido cultural e político e que poderiam ser mais valorizadas e consolidadas.

No mesmo caminho de artificialização da vida e das falsas soluções, está a indústria de criação de alimentos em laboratório. Os estudos para produzir "carne" em impressoras 3D, por exemplo, movimentam muito dinheiro e unem *startups* às grandes redes de comida processada. A justificativa para esse tipo de corrida se baseia, no discurso das empresas, na sustentabilidade. Como se ao conseguir desenvolver carne em laboratório, a necessidade de criar gado em pecuária extensiva diminuísse por consequência, diminuindo os impactos ambientais, inclusive as mudanças climáticas. Novamente, aqui vemos apenas uma forma de mascarar o real problema. O controle do processo de produção continua na mão das empresas, que certamente terão direitos de propriedade sobre essa tecnologia. A alimentação se afasta cada vez mais dos processos da natureza, o

que representa uma separação do corpo e da mente dos processos vitais que possibilitam a existência da vida. Essa separação se dá em um ritmo tão acelerado que não podemos medir quais são as consequências dela sobre a vida concreta e sobre as subjetividades. De qualquer forma, acreditamos que a artificialização da vida é incompatível com a saúde, tanto humana como não humana. Como nos lembra Vandana Shiva,[4] "a biodiversidade do solo, das plantas e do corpo se dá em um contínuo".

É com supostas preocupações ecológicas que organizações como a Fundação Bill e Melinda Gates desenvolvem projetos que vão desde promover uma Revolução Verde em países da África[5] até controlar bancos de sementes em nível mundial, desenvolver tecnologias de genética dirigida, além da produção de leite materno e carne em laboratório.[6] O que todas essas falsas soluções escondem é que a construção da agroecologia enquanto forma hegemônica de produzir alimentos é a nossa única saída. Para isso é preciso construir um movimento enraizado nas comunidades e nas lutas populares que resista contra sua captura corporativa.[7] Cada vez mais, o grande capital da indústria agroalimentar, que descreditou a agroecologia enquanto ciência, prática e movimento por décadas, se apropria de pedaços dos nossos discursos e práticas. Por isso afirmamos que o

4 *Fake food: lab made breast milk and lab made meat*, Vandana Shiva. Disponível em: www.navdanyainternational.org/wp-content/uploads/2020/10/LAB-MADE-BREAST-MILK-AND-LAB-MADE-MEAT.pdf.

5 *False promisses: the alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA).* Disponível em: www.grain.org/en/article/6499-false-promises-the-alliance-for-a-green-revolution-in-africa-agra.

6 *Portões para um império global: acima da semente, da comida, da saúde, do conhecimento... e da terra*. Disponível em: www.navdanyainternational.org/pt-br/publications/sintese-do-relatorio-gates-to-a-global-empire.

7 *"Agroecología chatarra": la captura corporativa de la agroecología para una transición ecológica parcial y sin justicia social*. Disponível em: www.tni.org/es/publicacion/agroecologia-chatarra.

movimento agroecológico é aquele que busca transformar o mundo e construir uma vida que vale a pena de ser vivida para todos os seres, humanos e não humanos, homens e mulheres, de uma só vez.

SOBRE AS AUTORAS E ORGANIZADORAS

Adriana Vieira das Graças é militante da Marcha Mundial das Mulheres e compõe a equipe do Centro Feminista 8 de Março. É graduada em Letras – Espanhol pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É membro do Grupo de Estudo Letramento e Etnografia (UFRN/CNPq) com interesse em estudos de letramento, feminismo e movimentos sociais.

Fabiana de Oliveira Benedito é jornalista, mestranda do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp), e faz parte do Coletivo de Comunicadoras da Marcha Mundial das Mulheres.

Helena Zelic é graduada em Letras pela Universidade de São Paulo. Integra a equipe técnica da SOF desde 2015. É comunicadora feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Natália Lobo é agroecóloga, integra a equipe técnica da SOF, atua como assistente de pesquisa em projetos do Instituto para o Desenvolvimento da França (IRD) no Vale do Ribeira. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Renata Moreno é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Integra a equipe técnica da SOF desde 2005, a Rede Economia e Feminismo (REF) e a coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

Silvia Ribeiro é pesquisadora e diretora para América Latina da organização internacional Grupo ETC (Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração), associação que há 40 anos pesquisa e difunde informação sobre as configurações corporativas em alimentação e agricultura, e sobre os impactos de novas tecnologias nas sociedades e na natureza. Participa da Rede de Avaliação Social das Tecnologias na América Latina (Red TECLA).

A SOF

A SOF Sempreviva Organização Feminista expressa sua razão de ser em três palavras-chave: movimento social, transformação e feminismo. Isso sintetiza uma trajetória que começa em 1963 e que combina algumas formas de atuação: participação nos movimentos sociais a partir do feminismo; assessoria a organizações mistas e de mulheres, movimentos sociais e órgãos de governo; formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais, a partir da metodologia de educação popular, da elaboração feminista e da organização de publicações.

A SOF contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal. A economia feminista é, para a SOF, uma ferramenta de luta e transformação. É ela que orienta a nossa atuação junto com mulheres rurais e urbanas, na construção da economia solidária, da agroecologia, dos movimentos sociais. No Brasil, faz parte do movimento de mulheres e, em âmbito internacional, da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres.

Para saber mais, acesse: www.sof.org.br

Esta publicação foi impressa em papel pólen pela
AR Fernandez Gráfica em dezembro de 2020.

ISBN: 978-65-87591-05-6